

CICLO DE FORMAÇÃO SINDICAL

Sindicalismo e Luta de Classes



Ocupação de fábrica durante greve da Companhia Siderúrgica Nacional. Volta Redonda, 1988.

Bloco 2 – A estrutura sindical brasileira, as oposições sindicais e o “novo sindicalismo”

FÓRUM DE OPOSIÇÕES PELA BASE - FOB
Distrito Federal e Entorno

1º CICLO DE FORMAÇÃO SINDICAL- DF/ENTORNO

“SINDICALISMO E LUTA DE CLASSES: DA AIT AOS DIAS ATUAIS”

Objetivo Geral:

Discutir a estrutura sindical brasileira, suas origens e aplicabilidade da mesma hoje, bem como a forma como trabalhadores em diversas situações combateram a mesma, com ou sem sucesso.

O objetivo prático é aprofundar nossa prática sindical com subsidio teórico para combater a estrutura sindical brasileira estando nós em direção de sindicatos oficiais, ou em oposição as diretorias sindicais, mas sempre em oposição à atual estrutura sindical.

Metodologia:

Trabalhar por ciclos de formação. O ciclo não se dá de forma linear, mas apenas como forma de organizar as indicações bibliográfica e de filmes. Assim, durante a formação sobre um elemento teremos a liberdade de buscar fontes bibliográficas de outros ciclos para melhor compreender um fenômeno e subsidiar a discussão acerca do mesmo. A proposta é de que na abertura de cada ciclo alguma camarada abra a temática levantando questões, polêmicas e explicações mais didáticas sobre determinados assuntos.

06/05 – 19h

Mesa de abertura: “Os desafios atuais da classe trabalhadora: resistência ou subordinação?”

Debater a conjuntura atual contemplando as políticas dos governos e da burguesia nacional e internacional, bem como as formas de resistência, luta e subordinação da classe trabalhadora.

09/05 – 9h às 12h

Bloco 1 – Associação Internacional dos Trabalhadores (1864 - 1876) e América Latina;

Compreender a concepção de luta e organização da Associação, sua ascensão e decadência. As influências da AIT na formação dos sindicatos no Brasil e na América Latina.

16/05 – 14h às 18h

Bloco 2 - A estrutura sindical brasileira, as oposições sindicais e o “novo sindicalismo”

Compreender as táticas e estratégias do Estado e da classe trabalhadora para lidar com a Estrutura Sindical. A negação da luta armada na gênese da tradição petista.

23/05 – 9h às 12h

Bloco 3 – A crise do sindicalismo/socialismo no pós-queda do muro de Berlim

Analisar o pico das políticas neoliberais (precarização, terceirização) no mundo e a resposta da classe trabalhadora. A reestruturação produtiva do capital e as ideologias pós-modernas: fim da história; fim do trabalho; fim do sindicalismo.

30/05 – 14h às 18h

Bloco 4 – O sindicalismo brasileiro na hegemonia governista e as possibilidades de uma tendência sindical revolucionária

Analisar o freio imposto ao movimento sindical pelo governo e as iniciativas de ruptura e reorganização, especialmente desde as Jornadas de Junho e rebeliões populares (rodoviários, operários obras do PAC, Comperj, garis do Rio de Janeiro, revoltas nas favelas, etc.).

Sindicalismo de Estado e a Ditadura Militar no Brasil (1964-1985)

Mariany Gregório

*Bacharel em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Santa Catarina e membro do
Memorial Brasileiro dos Direitos Humanos (MBDH)*

marianygregorio@yahoo.com.br

Resumo

Este artigo discute alguns aspectos da relação entre o Sindicalismo de Estado e a Ditadura Militar (1964-85), tendo como objetivo compreender como a estrutura do Sindicato de Estado permitiu que o sindicalismo brasileiro fosse arremessado de seu período de apogeu, nas décadas de 1950 e 1960, sobretudo no decorrer do Governo Goulart (1961-1964), para o período de trevas de sua história, da Ditadura Militar. O resultado do estudo permite compreender em que medida a atual estrutura sindical conserva resquícios das políticas ditatoriais, do Estado Novo (1937-1945) e da Ditadura Militar, bem como quais elementos invariantes desta estrutura contribuem para a conservação e o aperfeiçoamento dos objetivos buscados por tais políticas no presente momento.

Palavras-chave: Ditadura militar. Governo João Goulart. Sindicalismo de Estado.

O sindicalismo brasileiro, desde sua formação, no decorrer das décadas de 1930-40, esteve marcado pela tutela do Estado sobre sua condição de existência, ação e organização. A Revolução de 1930 representou o marco inicial da política trabalhista, pois que a partir daí desencadeou-se a promulgação de diversas leis e decretos-lei no campo do Direito do Trabalho. A ideologia que dava sustento às aspirações do movimento de 1930 baseava-se no equilíbrio entre os interesses das diversas classes e frações de classes, colocando acima destas o bem geral da nação. A ideologia populista que passava a ser implantada necessitava do apoio dos setores populares (sobretudo o trabalhista), passando a alimentar, para tanto, a ilusão de que através da incorporação dos órgãos sindicais ao aparelho estatal as camadas populares teriam seu quinhão na participação da cena política mediante tais instituições.

A partir daí, os sindicatos tiveram seu direito de existência submetido ao Estado, de modo que os sindicatos não oficiais foram praticamente dizimados por meio da perseguição e extradição de seus líderes (1). A partir da criação do Ministério e da Justiça do Trabalho, o Estado passa a ter o controle sobre os conflitos entre patrões e

empregados, sobre a luta reivindicativa e o direito de greve. O modelo de sindicato implantado por Vargas foi concretizado na Consolidação das Leis do Trabalho (CLT), em 1943, durante o Estado Novo, e freqüentemente é tomada como uma cópia da Carta Del Lavoro de Mussolini.

É certo que diversos trechos da CLT consistem em traduções da Carta Fascista; a estrutura corporativa dos sindicatos no Brasil, entretanto, é dotada de algumas características bastante peculiares. O caráter atípico do caso brasileiro em contraste com os demais modelos de sindicatos corporativos implantados ao longo da história está no fato de que estes sucumbiram junto aos regimes que os implantaram, enquanto no Brasil tal estrutura conserva seus aspectos essenciais há mais de sete décadas, mostrando-se inabalável às diversas transições de governos e regimes. A estrutura sindical varguista mostra-se única em longevidade, pois é dotada de um caráter elástico que permite sua adaptação às adversidades históricas (BOITO Jr., 1991).

Após a queda de Vargas a Estrutura sindical foi mantida, sendo que as democracias populistas, que governaram o país de 1950 a 1964, apoiaram-se na referida estrutura para conquistar o apoio necessário das massas. Com o advento do Golpe Militar em 1964, para surpresa daqueles que supunham tal episódio como o fim da estrutura sindical populista, esta estrutura mais uma vez moldou-se aos interesses do governo, permitindo que os militares botassem freios na movimentação sindical que então aflorava no cenário político nacional. Com o fim do regime ditatorial e o processo de transição para o governo civil, a estrutura sindical permaneceu intacta em seus aspectos primordiais, conservando, inclusive, os ajustes efetuados pelos governos militares no âmbito das leis trabalhistas: ou seja, a Constituição Cidadã de 1988 conservou a base da estrutura do sindicalismo de Estado.

Este trabalho, entretanto, concentra seus esforços em tratar, especificamente, de alguns aspectos da relação entre o Sindicalismo de Estado e a Ditadura Militar (1964 – 1985). Temos por objetivo compreender como a estrutura do Sindicato de Estado permitiu que o sindicalismo brasileiro fosse arremessado de seu período de apogeu - década de 1950-60, sobretudo no decorrer do Governo Goulart, de (1961-1964) para o período de trevas de sua história - o Período Militar (1964 – 1985). O resultado do estudo nos permitirá compreender em que medida a atual estrutura sindical conserva resquícios das políticas ditatoriais - Estado Novo (1937-1945) e Ditadura Militar (1964

– 1985) -; a forma como os elementos invariantes desta estrutura contribuem para a conservação e o aperfeiçoamento dos objetivos buscados por tais políticas no presente momento.

1. A estrutura do sindicalismo de Estado

Em *Sindicalismo de Estado no Brasil (1991)*, Armando Boito Jr. efetua uma análise da estrutura sindical brasileira e de suas características particulares. O sindicalismo de Estado é colocado como ideologia e uma prática sindical específica, na medida em que o estudo procura evidenciar os traços elementares da estrutura de organização dos sindicatos, as bases fundamentais de sua ideologia e os efeitos produzidos por essa estrutura e ideologia sobre a luta sindical dos trabalhadores de forma independente às variáveis conjunturais.

Considerando que o Sindicalismo de Estado é um sistema funcionalmente integrado e que ele mantém uma conexão objetiva com os interesses políticos da burguesia, o estudo de Boito Jr. (1991) busca detectar as invariantes estruturais desse sistema, sem ignorar que ele comporta, em fases históricas distintas, alterações de maior ou menor importância. Essas alterações do sistema apresentam-se de forma compatível com os elementos e com a função invariante desta estrutura: a desorganização da luta trabalhista.

A obra guia seus esforços na intenção de esclarecer cinco pontos principais: 1) o sindicalismo de Estado impõe limites à prática sindical; 2) nessa medida, tem a função única e perpétua de desorganizar o movimento sindical da classe trabalhadora; 3) a ideologia sindical própria do sindicalismo de Estado permite a reprodução do sindicato oficial e torna eficientes seus organismos dominadores; 4) essa mesma ideologia leva as correntes sindicais a reivindicarem a tutela do sindicato; 5) tal reivindicação é característica do sindicalismo de Estado e consiste em uma manifestação localizada da ideologia populista.

A estrutura do *Sindicalismo de Estado*, tal como foi descrita por Boito Jr. (1991), assenta-se em três bases principais: os sindicatos oficiais, a unicidade e imposto sindical. Tal estrutura estaria baseada na relação de dependência dos organismos

sindicais à cúpula estatal: a *ideologia da legalidade sindical*. Esta, por sua vez, estaria calcada em um resquício da ideologia populista, de modo que, somente por meio da compreensão desta ideologia é que se pode conhecer tal estrutura. Segundo Boito Jr. (1991), a ideologia populista baseia-se no *fetichismo do estado protetor*, ou seja, a ilusão de que a intervenção do Estado faz-se necessária na medida em que somente este pode intervir em nome dos trabalhadores frente ao patronato.

Na obra já citada de Boito Jr. (1991), a estrutura do sindicalismo de Estado no Brasil aparece como uma rede de relações existente entre burocratas de Estado, sindicalistas e trabalhadores. Esses três elementos dos sindicatos mantêm entre si uma relação necessária no sentido da formação de uma totalidade estruturada e que se dá no âmbito dos órgãos do aparelho estatal - os sindicatos oficiais, as federações e confederações, bem como na Justiça do Trabalho. A forma de organização imposta pelo Estado pressupõe a submissão dos sindicatos à cúpula estatal, de modo que somente por meio da destruição dos órgãos oficiais seria possível pôr fim a tal estrutura.

Esses três elementos (investidura sindical, a unicidade e as contribuições sindicais obrigatórias) geram um aparelho sindical integrado ao Estado e separado das bases, na medida em que impede os trabalhadores deliberarem sobre questões de organização referente ao aparelho sindical. Boito Jr. aponta ainda para as decorrências da existência de um aparelho sindical cuja representatividade e recursos materiais são uma outorga do Estado: tais conseqüências ocorrem, por exemplo, na forma da destituição de diretorias sindicais pelo Ministério do Trabalho; da tutela das Diretorias Regionais do Trabalho (DRT's) sobre as eleições sindicais; da imposição de estatuto padrão; do controle das finanças dos sindicatos; o peleguismo; da ausência de organizações sindicais no local de trabalho, do assistencialismo; e, ainda, por meio da organização fragmentada por categorias profissionais. Estes efeitos não constituem a estrutura sindical, são isto sim, efeitos necessários ou contingentes de tal estrutura.

A estrutura do sindicalismo de Estado no Brasil tem como necessidade vital o reconhecimento legal das organizações sindicais: os sindicatos oficiais. A existência de tais órgãos representa o aspecto primordial de tal estrutura, e encontra-se apoiado em dois outros aspectos de papel secundário, mas também essencial: o imposto e unicidade

sindical. Estes três elementos mantêm relação entre si, criando as condições necessárias para a reprodução e o funcionamento da estrutura. Ocorre que no sindicalismo brasileiro, é o Estado quem outorga ao sindicato a representatividade de determinado seguimento dos trabalhadores, concedendo-lhe poder de negociação através de seu reconhecimento como sindicato oficial de determinado setor (BOITO Jr., 1991).

A unicidade implica na dependência do sindicato diante do Estado, qualquer que seja sua forma de existência, sendo, portanto, incompatível com a autonomia dos sindicatos perante o mesmo Estado, pois que esta autonomia pressupõe a liberdade plena para formação de sindicatos: o direito ao irrestrito pluralismo sindical. A unicidade sindical é o sindicato único estabelecido em lei e facilita o controle do sindicato oficial, na medida em que converte a tutela estatal num privilégio e inibe a formação de associações sindicais rivais que poderiam gerar uma dinâmica sindical de difícil controle. Ao mesmo tempo ela dificulta o acesso de correntes sindicais não-governistas ao aparelho sindical oficial e evita que a pluralidade instaure uma situação de concorrência entre as entidades sindicais rivais, tornando-as mais vulneráveis às pressões vindas da base dos movimentos (BOITO Jr., 1991).

O imposto sindical, por sua vez, mantém os sindicatos dependentes das contribuições descontadas dos trabalhadores sindicalizados e não sindicalizados. Essas contribuições funcionam como uma espécie de poder tributário delegado ao sindicato oficial; o que permite que a cúpula estatal controle as contas sindicais e o destino do montante arrecadado. Sua importância na integração da estrutura sindical ao Estado reside no fato de tornar as finanças dos sindicatos dependentes da cúpula do aparelho de Estado. Dependem em primeiro lugar na norma judicial que obriga a contribuição, em segundo, do ramo do Estado que viabiliza a arrecadação (BOITO Jr., 1991).

A ideologia do sindicalismo de Estado no Brasil, conforme colocada na obra de Boito Jr. (1991) tem como característica específica o legalismo. - *ideologia da legalidade sindical*. Ela se caracteriza pela submissão voluntária ao conjunto de normas jurídicas que regulamentam a organização e as formas de ação sindical no Brasil. A sua característica essencial consiste na submissão voluntária e estrita à norma jurídica segundo a qual cabe ao Estado estabelecer a organização que representa sindicalmente os trabalhadores, isto é, o apego ao estatuto do monopólio legal da representação sindical que cabe ao sindicato oficial (BOITO Jr., 1991. Destaque do autor).

Boito Jr. (1991) propõe que o que domina o sindicalismo de Estado brasileiro ao longo de sua história e, principalmente, por meio das bases de sustentação social deste modelo de sindicato, é a expectativa de que a tutela do Estado sobre os órgãos sindicais dê capacidade aos trabalhadores para impor limites à exploração do trabalho assalariado. A ideologia da legalidade sindical é uma manifestação localizada da ideologia populista, na medida exata em que representa o *fetichismo do Estado-protetor* no terreno sindical. A análise da ideologia da legalidade sindical deve começar a partir da análise da ideologia populista (BOITO Jr., 1991. Destaque do autor).

Ao definir seu conceito de populismo, Armando Boito Jr. (1991) aponta para a pluralidade de definições acerca do que seja o populismo, de modo que, correntemente, a política populista seja associada a imagem de uma liderança carismática. Boito Jr. entende o populismo como *um fenômeno de classes historicamente datado*, e o conceito de que se utiliza, anteriormente utilizado por Francisco Weffort, distingue-se, segundo sua visão, dos demais conceitos de populismo em três aspectos básicos: i) detecta o conteúdo de classes da política e da ideologia populista; ii) localiza as determinações mais profundas do populismo, além de suas formas aparentes; iii) delimitando, para tanto, o campo de aplicação do conceito de populismo. Estes três elementos, articulados entre si, permitem entender o populismo na forma proposta pelo autor (BOITO Jr., 1991).

A ideologia populista aparece, então, como uma ideologia pequeno-burguesa dotada de um conteúdo central que pode ser resumido na expressão “culto do Estado protetor”; isto é, a expectativa de que o Estado tome a iniciativa de proteger, independente da correlação de forças vigente, os trabalhadores da ação dos capitalistas. O populismo é visto por Boito Jr. como uma espécie de estatismo e representa uma identificação dos setores populares não com a figura do líder, mas sim com o aparelho de Estado burguês: com a burocracia civil e militar do Estado. Essa identificação assume forma de um fetichismo de Estado, conforme aparece nas obras de Lenin: os setores populares penetrados pela ideologia populista ignoram que a política de Estado é determinada pela correlação política de forças. Concebem essa política como o resultado da vontade livre e soberana do próprio Estado e, justamente, esperam que o Estado independentemente da luta popular organizada, venha em socorro do povo (BOITO Jr., 1991).

A fórmula do “culto ao Estado protetor”, com a qual Boito Jr.(1991) designa o núcleo central da ideologia populista, indica, portanto, os dois aspectos básicos do populismo. De um lado, “culto do Estado” refere-se à passividade política das massas, articulada à expectativa da iniciativa salvadora do Estado. De outro lado, “Estado protetor”, porque o populismo expressa uma aspiração popular por melhores condições de vida e identifica o seu inimigo principal em setores da classe dominante e do imperialismo, e não no movimento operário e popular (BOITO Jr., 1991).

A ideologia populista é o fetiche do Estado protetor. *A ideologia da legalidade sindical*, por sua vez, é a transposição desse fetiche para o seio da luta sindical. O sindicalismo de Estado consagrou e estabeleceu, através de um conjunto de normas legais, um tipo de organização e de ação sindical que sistematizam e direcionam as tendências espontâneas da ideologia populista no meio sindical. O estatismo populista aparece no terreno sindical como o apego às normas legais que regulamentam a organização e a luta sindical dos trabalhadores (BOITO Jr., 1991).

Esse legalismo, segundo Boito Jr. (1991), consiste fundamentalmente na adesão ao sindicato de Estado e na adesão às modalidades de ação próprias desse aparelho sindical; acima de tudo na adesão da tutela da Justiça do Trabalho na ação reivindicativa. Em cada uma dessas múltiplas facetas, pratica e atualiza a crença do Estado protetor, e evidencia que a ideologia populista é algo muito mais amplo e mais profundo do que a adesão de lideranças carismáticas. A ideologia da legalidade sindical não é um todo homogêneo, pois que comporta elementos de esquerda e direita. A tendência da classe média ao estatismo - isto é, de sua tendência a esperar que o Estado intervenha, do alto, para defender os interesses dos pequenos burgueses e dos trabalhadores da classe média – estaria na incapacidade de organização da pequena burguesia.

A ideologia populista forma-se no Brasil, ao longo da Primeira República (1889-1930), no seio da baixa classe média e da pequena buguesia urbana. Duas frações que polarizam o comportamento político da classe média brasileira ao longo do período republicano. De um lado, a alta classe média, integrada, principalmente, pelos profissionais liberais, caudatária das dissidências oligárquicas da primeira República, de orientação liberal, elitista e conservadora, este setor serviu de base de massa para os golpes de Estado contra os governos populistas. De outro lado a baixa classe média,

integrada pelos trabalhadores não-manuais do setor urbano de serviços, cujo nível de vida era mais próximo daquele da classe média. É nesses setores, ambos marginalizados pelo sistema político oligárquico que se pode detectar a origem do populismo, já no período anterior a 1930.

Em flagrante contraste com o quadro do movimento operário, verificou-se, ao longo das três primeiras décadas do século XX, a ação de protesto espontâneo, descontínuo e difuso, da baixa classe média e da pequena burguesia. Insatisfação popular e impotência política: é essa mistura que origina o populismo, isto é, o culto pequeno-burguês do Estado-protetor. A penetração do populismo não é indiscriminada. A base social do populismo não é uma base indistinta. A propagação do populismo na classe operária após a década de 1930 também esteve marcada pelas divisões de classe. Na história do populismo brasileiro tem sido a classe operária, e, principalmente o operariado concentrado nas grandes empresas e nas cidades de maior concentração industrial, que se tem revelado um foco de resistência à expansão do populismo. O populismo aparece na incapacidade de auto-organização. É justamente no meio operário que a história brasileira registra as discrepâncias mais evidentes em relação a esse padrão de comportamento (BOITO Jr., 1991).

A burocracia de Estado apóia-se na insatisfação difusa de setores populares. Não há vínculos orgânicos e nem programáticos claros e definidos entre representantes e os representados; o que se dá como decorrência do estatismo característico do populismo. Em tal relação de apoio residirá a força e a fraqueza desses governos. Poderão ameaçar a burguesia, acenando com o espectro do movimento popular. Mas ver-se-ão impedidos, nos momentos de crise, de converter em força política organizada, ativa e eficaz, o apoio difuso que os setores populares ofereciam-lhes. Pois, precisamente, esses setores esperavam que o Estado, e não a luta popular organizada resolvesse o problema do povo (BOITO Jr., 1991).

2. Sindicalismo de Estado e o Golpe Militar

O período que se estende desde o fim da II Guerra até a consolidação do Golpe Militar de 1964 pode ser considerado a fase áurea do sindicalismo nacional. No decorrer

destes anos, os principais órgãos sindicais a se unir em torno do Comando Geral dos Trabalhadores (CGT) – entidade que contrariava os preceitos da organização sindical imposta pelo Estado (sindicatos, federações e confederações), uma vez que este não permitia a formação de centrais sindicais – que mais tarde veio a ser considerada uma das maiores preocupações dos golpistas de 1964.

O Partido Comunista, à época, representava a corrente hegemônica dentro do sindicalismo brasileiro, ocupando a direção dos principais sindicatos oficiais e interligando-os por meio do CGT. Apesar da permissão concedida à existência extra-oficial do Comando geral dos Trabalhadores, as Democracias Populistas que governaram o país durante este período jamais abdicaram da tutela do Estado sobre as organizações sindicais. As lideranças sindicais comunistas, por sua vez, mantinham uma relação de proximidade com a equipe governamental, sobretudo no governo Goulart (1961-1964), movidas pela crença na participação política dos trabalhadores por meio da organização sindical. Conforme aponta Caio Navarro de Toledo (1989), o período Goulart foi palco de uma polarização no seio da luta ideológica de classes, que se expressava através do confronto entre diferentes orientações acerca das reformas sociais e do nacionalismo e que implicou na divisão dos grandes partidos em duas facções cujos pontos de vista sobre aquela questão eram, costumeiramente, incompatíveis (TOLEDO, 1989).

Esta luta política e ideológica não ficou restrita à esfera político-institucional; ela conseguiu seus mais relevantes desdobramentos na medida em que foi permeando outros setores da sociedade brasileira. No triênio 61/63, o movimento sindical brasileiro estava no auge de suas atividades. O que mais caracterizou o movimento nestes três anos foi sua crescente aproximação das forças partidárias. Na medida em que a disputa ideológica envolvia o sindicalismo brasileiro, teve início a formação de organizações que agruparam sindicatos de diversas tendências (TOLEDO, 1989).

Durante o referido triênio, o CGT e outros organismos de alianças intersindicais tiveram uma intensa atuação política. Acontecimentos como a defesa da posse de Goulart (1961), apoio à Revolução Cubana, pressão pelas Reformas de Base e pela antecipação do plebiscito pelo fim do regime parlamentar (1963), e a negação do Estado de Sítio (1963), levaram o CGT e estes órgãos a decretarem, ou ameaçarem, greve política. Os líderes do CGT eram considerados o “Quarto Poder da República”.

Embora tenha demonstrado uma relativa independência ao presidente Goulart, o CGT colaborou com o governo apoiando-o na maioria de suas iniciativas políticas, sobre o pretexto de que a ideologia nacional-reformista elaborada pelo PCB - hegemônica dentro desta organização, bem como, de modo geral, em toda a esquerda da época - ser convergente com a proposta nacional-reformista do governo Goulart. Contudo, os comunistas e pecebistas de esquerda no comando das entidades sempre foram aceitos com muito receio por parte de Jango que, por sua vez, pretendia firmar suas próprias bases no movimento sindical (TOLEDO, 1989).

Consumido pelas grandes batalhas nacionais (2), o CGT deixou de realizar um trabalho permanente junto às bases sindicais. Deve-se notar que as greves políticas deflagradas pela organização tiveram êxito apenas junto às empresas estatais ou controladas pelo governo. A ineficácia deste “Quarto Poder” tornou-se evidente a partir de abril de 1964, quando a classe operária brasileira assiste sem reação à preparação e concretização do golpe (TOLEDO, 1989).

A politização dos movimentos de trabalhadores do campo igualmente se constituiu numa realidade nova dentro da história política brasileira. Camponeses sujeitos à miséria estavam a um passo da guerrilha no Nordeste. Paralelamente, os trabalhadores urbanos organizavam-se em sindicatos. Apesar de terem, a princípio, orientações distintas, a atuação concreta de ambos os movimentos tornou irrelevante suas diferenças ideológicas. O Movimento nacional dos sargentos também esteve ligado à frente antilatifundio e antiimperialista, reivindicando melhores condições salariais e alterações dos rígidos regulamentos disciplinares. Estas associações de sargentos de todo o país uniam-se aos trabalhadores rurais e urbanos aos estudantes e parlamentares nacionalistas na luta pelas Reformas de Base e nas denúncias de exploração imperialista (TOLEDO, 1989).

O acesso fácil que a cúpula dirigente tinha ao palácio e o discurso inflamado de seus líderes, criaram uma esfera mística em torno do poderio do CGT. Porém, conforme colocado por Caio Navarro, estar próximo do governo nem sempre significa estar próximo ao poder. E uma das razões para a grande derrota sofrida pela esquerda brasileira em 1964, na visão do autor, consistia, justamente, nas avaliações incorretas da correspondência de forças existentes, no isolamento político em relação às grandes

massas, radicalização limitada à esfera da retórica e a subordinação política ao reformismo populista (TOLEDO, 1989).

Estudando os mecanismos de controle governamental sobre estas organizações, sobretudo no decorrer do intervalo democrático de 1945 a 1964, Sérgio Costa observou:

“Se tal organização sindical permaneceu intacta em um período (1946-1964) que de forma alguma pode ser considerado ditatorial, então podemos inferir que ela beneficiou alguns setores da sociedade. Trocando em miúdos, pelo menos alguns grupos sociais devem ter tirado proveito deste sindicalismo de tipo corporativista, para que fosse sustentado por um período tão longo, levando em consideração também o fato de que a aplicação, severa ou não, dos controles previstos pela lei, dependia da vontade dos governantes. Se tal estrutura de representação profissional abrangia, em termos gerais, tanto os empregados quanto os empregadores, então a nosso ver ela deveria estar sendo benéfica pelo menos a alguns setores da classe patronal e, também, a alguns grupos do movimento trabalhista. (...) Vale lembrar que no início dos anos 60 os comunistas; embora criticassem a estrutura sindical, dela também se serviram, de forma intensa, para propagar suas teses políticas, liderando as principais confederações de trabalhadores então existentes no País. Portanto, em nosso entender, caso tal estrutura fosse prejudicial em todos os momentos a todos os setores da sociedade, é evidente que ela não permaneceria praticamente intacta (desde sua consolidação), durante um período em que várias modificações profundas ocorreram no país, tanto em termos econômicos quanto no que concerne à política” (COSTA, 1986, p.86).

Trocando em miúdos, segundo a argumentação de Costa, a estrutura sindical, baseada na divisão igualitária ente patrões e empregados, teria conservado suas principais bases ao longo do período de redemocratização devido ao fato de que ter-se mostrado, de alguma forma, benéfica pelo menos para alguns setores sociais. O autor ressalta que até mesmo os comunistas teriam tirado proveito desta estrutura para difundir sua política no decorrer das décadas de 1950-60.

A posição das lideranças sindicais, sobretudo dos comunistas do CGT, pode ser melhor compreendida através da idéia da *ideologia da legalidade sindical*: o resqúcio da ideologia populista proposto por Armando Boito Jr. O apego das lideranças à estrutura oficial e à equipe governamental, sobretudo no período de 1962/63, resultou no fato de que o trabalho do CGT junto às bases sindicais foi reduzido, de modo que este acabou por consistir mais em um organismo político do que num organismo propriamente sindical. Embora a classe operária não tenha aderido aos “vitoriosos”, vale

lembrar que ela se manteve indiferente aos apelos do CGT em defesa de uma greve geral antigolpista (TOLEDO, 1989).

As Democracias populistas (1945-1964), embora tenham permitido maior autonomia aos sindicatos e permitido a existência de organismos e centrais sindicais que contradiziam os preceitos da estrutura do Sindicalismo de Estado – seja pela necessidade de apoio dos setores populares, ou por não verem nesses a capacidade de ameaçá-las –, em momento algum abriram mão da tutela do Estado sobre a organização sindical.

Aos militares bastava pôr óleo nas velhas engrenagens do Sindicalismo de Estado, visto que o corpo das ferramentas de controle sobre a classe trabalhadora encontrava-se acabado. Tal estrutura permitiu que os militares dizimassem as entidades não-oficiais e depusessem diversas lideranças sindicais, intervindo nos principais sindicatos e reformulando o quadro de lideranças. O Ministério do Trabalho passou a ter controle das eleições sindicais, indicando para a chefia das direções membros de sua própria escolha (ALVES, 1985).

No episódio do golpe, o Partido Comunista tinha influência soberana sobre todo o movimento operário. Fazia-se, então, necessário, o desmantelamento destas organizações por parte dos golpistas. O CGT foi o primeiro a ser derrocado, junto com todo o esquema extra-oficial – pactos intersindicais – que representava o germe da autonomia operária. Foram efetuadas centenas de prisões; cerca de 600 lideranças sindicais foram destituídas; 6.000 trabalhadores foram declarados inelegíveis para cargos de diretoria sindical. As lideranças sindicais passaram a ser indicadas pelo Ministério do Trabalho e, patrocinadas pela Organização Regional Interamericana de Trabalho (ORIT) – unidade subordinada ao Departamento de Estado estadunidense – eram treinadas segundo a cartilha oficial aqui ou nos EUA: o âmago do “sindicalismo livre” (TOLEDO, 1989).

A violência investida contra os trabalhadores brasileiros fica evidente se for considerado que, desde o início, a ditadura civil-militar tinha por objetivo intensificar a exploração capitalista sobre o povo para agradar a interesses externos à nação. Dez anos

após o golpe, a produtividade nacional havia crescido 56%, enquanto o salário mínimo real baixou 55% (MONTORO, 1974, p.181).

A partir do golpe desencadeou-se uma série de preceitos para as eleições sindicais, criados com a finalidade de impedir que os representantes dos trabalhadores fossem eleitos diretamente para as diretorias dos sindicatos. Além do decreto de inelegibilidade, a polícia mantinha o controle das eleições exigindo “atestado ideológico”. A estrutura sindical e a legislação trabalhista, herdadas do fascismo do Estado Novo, dispensavam providências maiores por parte dos militares.

Enquanto o golpe ainda não estava firmado, o governo militar declarava não haver interesse em alterar os direitos trabalhistas já conquistados. A 1º de junho de 1964, não obstante, como últimos retoques do domínio da ditadura anti-popular sobre a classe operária, foi promulgada a lei nº4. 330, conhecida como Lei Anti-Greve, que estabelece, entre outras coisas: “A greve será reputada ilegal: 1) se não atendidos os prazos e as condições estabelecidas nesta lei; 2) se tiver por objetivo reivindicações julgadas improcedentes pela Justiça do Trabalho em decisão definitiva, há menos de um ano; 3) se deflagrada por motivos políticos, partidários, religiosos, sociais, de apoio ou solidariedade sem nenhuma reivindicação que interesse direta e legitimamente a categoria profissional. 4) se tiver por fim alterar condições constantes de acordos sindicais, convenção coletiva de trabalho ou decisão normativa da Justiça do Trabalho em vigor, salvo se tiverem sido modificados substancialmente os fundamentos em que se apóiam” (MARTINS, 1989).

Deste conjunto de medidas arbitrárias, o governo criou o contexto ideal para dar cumprimento ao decreto nº. 54. 018, de 1964 – denominado pelos trabalhadores “Arrocho Salarial”, dado às suas características – que estabelece as diretrizes da política salarial no Brasil. Pouco tempo depois foi extinta a lei que concedia indenização a trabalhadores demitidos sem justa causa e estabilidade para trabalhadores com mais de 10 anos de serviço numa mesma empresa. A estabilidade foi substituída pela lei do Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (ALVES, 1985).

Esta lei permite a quebra do vínculo empregatício quando bem entendam os patrões, criando um fundo por tempo de serviço que dificilmente pode ser acessado pelos trabalhadores; seu objetivo principal era criar para o governo uma extraordinária

centralização de capital que serviria aos seus intentos econômicos. Após a promulgação da Lei do FGTS, a rotatividade da mão de obra aumentou conforme os seguintes dados: em 1967, foram admitidos 2.013.000 trabalhadores e admitidos 1.619.000; em 1968, foram admitidos 2.948.000, e demitidos 2.208.000. É manifesto que tal rotatividade exacerbada acarreta uma desvalorização do salário; os novos contratos eram feitos a preços inferiores aos dos antecedentes (ALVES, 1985).

“Sob o auspício da “política de alívio” do governo Costa e Silva, o Ministério do Trabalho deu início a um programa de “renovação sindical” destinado a ampliar as funções previdenciárias dos sindicatos, impondo às suas burocracias a tarefa de mediar entre o Estado e a classe trabalhadora. Estipula a Consolidação das Leis do Trabalho que o sindicato deve “colaborar com o governo central”. Tal colaboração é assegurada pelo mesmo código ao autorizar o Ministério a cobrar dos sindicatos impostos compulsórios sobre os salários, que lhes são em seguida redistribuídos. As percentagens a serem gastas em funções específicas podem ser fixadas por lei. Pelo novo programa, eram elevadas as percentagens destinadas a tratamentos médicos e dentários e a programas permanentes de educação, ficando os sindicatos abrigados a assumir custos sociais com que o Estado de Segurança Nacional já não queria arcar. (...) A estrutura corporativa dos sindicatos não trazia nada de novo, permanecendo essencialmente a mesma desde a criação da CLT em 1943.” (ALVES, 1985, p.119).

O movimento passou a enfrentar um período de trevas, com seus principais líderes presos ou obrigados a cair na clandestinidade por conta das perseguições; as sedes dos sindicatos sofrendo intervenção e tendo seu controle depositado nas mãos de policiais. Da influência política que representava antes de 1964 – mesmo que sob a influência paternalista –, após o golpe, o movimento sindical não tinha forças suficientes sequer para exigir reajustes salariais de acordo com a inflação.

Na ocasião da consolidação do Golpe Militar em 1964, a estrutura sindical herdada do período populista conservou-se em seus aspectos fundamentais pelo fato de que estes elementos têm como função primordial a assistência dos interesses políticos da classe hegemônica no poder, de forma independente às variáveis conjunturais ou da política aplicada pela equipe governamental. (3)

As ilusões de proximidade ao poder, alimentada, à época no seio da luta dos trabalhadores pelos comunistas consiste no exemplo (o mais claro já registrado na história dos trabalhadores brasileiros) do apego do sindicalismo nacional à estrutura

imposta pelas normas oficiais. O fetiche do Estado protetor manifesta-se na ideologia pecebista de colaboração com o governo. Mais que um aliado, a equipe governamental era vista pelos comunistas como a via de consolidação de suas aspirações no plano político. Somente sobre a tutela estatal é que os comunistas pensavam ser possível a defesa dos interesses dos trabalhadores, mesmo face àquela atmosfera de renovação que passava a invadir os setores políticos e populares no início da década de 1960 no Brasil.

Considerações Finais

Os principais aspectos da estrutura sindical de Estado apontados por Armando Boito Jr. (1991) – sindicatos oficiais, unicidade e imposto sindical – se mantêm intactos a despeito das diversas transições de governos e regimes ao longo da história pós-Revolução de 1930. No episódio da ascensão do Regime Militar mediante o Golpe de 1964, a estrutura sindical talhada sobre a égide da Ditadura Vargas (1930-1945) e conservado pelas Democracias Populistas (1945-1964) disponibilizava o aparato de controle necessário sobre a organização da classe trabalhadora, de modo que bastaram alguns retoques para que se instaurasse a partir daí um período de acirrado controle sobre a atividade sindical.

Os sindicatos foram banidos da arena política; às suas responsabilidades foram delegadas tarefas burocráticas e atividades assistencialistas com as quais o governo já não queria se ocupar. Como consequência de tal estrutura, o governo dispunha de condições para destituir as lideranças dos trabalhadores e assegurar o controle das eleições sindicais. A partir daí a atuação política dos sindicatos cai em estado de prostração, com seus principais líderes presos ou perseguidos pela repressão. As entidades sindicais foram convertidas em órgãos de colaboração com o Estado, cabendo às suas funções servir como mediador entre governo e trabalhadores.

Aspectos herdados do período militar com o intuito de apertar os freios sobre a classe trabalhadora, tal como a Lei de Greve e a do FGTS, foram mantidos no episódio da transição do governo militar para o governo civil com a eleição indireta de Sarney para a presidência em 1985. Tal transição e a promulgação da Constituição cidadã em 1988 não significaram uma ruptura política efetiva, de modo que não acarretaram

grandes mudanças. As bases da estrutura sindical de Estado e as alterações de leis efetuadas pelos militares foram mantidas. Do mesmo modo, a posterior ascensão da política neoliberal, por mais que tenha causado impacto sobre as relações do capitalismo nacional, no que diz respeito à estrutura corporativa, também não representou nenhuma transformação significativa. O modelo neoliberal de capitalismo dependente, atualmente em voga no Brasil, conserva a estrutura sindical populista, bem como os ajustes efetuados pelos governos militares.

O projeto de reforma sindical proposta pelo governo atual (no poder desde 2003) não só mantém a estrutura corporativa de sindicalismo de Estado, como ainda amplia o poder de intervenção do Ministério do Trabalho; limita ainda mais o direito de greve; abre a possibilidade de negociação de direitos já garantidos pela Constituição - na medida em que não os define como inegociáveis. A organização sindical dos trabalhadores no Brasil conserva seus principais elementos ao longo de mais de sete décadas, permitindo-se moldar aos interesses da política no poder e das classes que ela representa.

A estrutura sindical corporativa possui a capacidade de atender aos interesses do bloco no poder, independente da política aplicada. O período militar representou, na história do sindicalismo brasileiro, um claro exemplo de como tal estrutura pode, dependendo do poder instituído, servir como base legal de dominação sobre as atividades sindicais. No decorrer do referido período, tal estrutura permitiu a prática e criação de medidas de controle que foram mantidas no episódio da reabertura democrática, e ainda hoje regem a organização sindical e as relações de trabalho. No período atual, o governo apresenta um projeto de reforma que mantém as bases do sindicalismo de Estado, valendo-se destas para a concretização de tarefas impostas pelo modelo neoliberal de capitalismo dependente: tais como a desregulamentação do mercado de trabalho e a flexibilização dos direitos trabalhistas. Mantidas mais uma vez as bases do modelo corporativo de sindicalismo de Estado, esta esboça uma vez mais seu caráter elástico que, possivelmente, estenderá sua existência para além da permanência do modelo capitalista atualmente em vigor no Brasil.

Notas:

(1) No sindicalismo anterior à década de 1930, prevalecia a organização anarcosindicalista, trazida pelos imigrantes do sul da Europa, onde prevaleciam as idéias anarquistas. No episódio da incorporação dos organismos sindicais ao aparelho estatal, após a Revolução de 1930, tais organizações extra oficiais foram severamente reprimidas, com a prisão, tortura, morte e extradição de seus principais membros, além da criação de leis que dificultavam a inserção de tais sujeitos na participação dos sindicatos oficiais recém implantados. Ver RODRIGUES, 1979 (parte I).

(2) Greve pela garantia da posse de Goulart, greve do 13º salário, e pela antecipação do plebiscito acerca do regime parlamentar, em 1962. Na madrugada de 12 de setembro de 1963, 650 sargentos da marinha e da Aeronáutica rebelaram-se em Brasília, apoderando-se de diversos equipamentos e edifícios militares. Doze horas depois, as tropas militares dominaram os militares rebelados. O CGT, a UNE e a FPN solidarizaram-se com o movimento dos sargentos.

(3) BOITO Jr., Armando. *Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: 1998.

Referências bibliográficas:

ALVES, Maria Helena Moreira. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 3ª ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

BOITO Jr, Armando. *Sindicalismo de Estado no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1991.

_____ *Sindicalismo e Política Neoliberal no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 1998.

COSTA, Sérgio. *Estado e Controle Social no Brasil*. São Paulo: T. A. Queiroz Editor, 1986.

RODRIGUES, José Albertino. *Sindicato e desenvolvimento no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Símbolo, 1979.

MARTINS, Heloísa Helena. *O Estado e a burocratização dos sindicatos no Brasil*. 2ª ed. São Paulo: Hucitec, 1989.

MONTORO, Franco. *Da Democracia que temos à Democracia que queremos*, Editora Paz e Terra, Rio de Janeiro, 1974, pág. 181.

TOLEDO, Caio Navarro de. *Governo Goulart e o golpe de 64*. 10. ed. Brasília: Brasiliense, 1982.

Pontos de Partida para uma Atividade de Oposição Sindical Combativa

Neste momento, os companheiros metalúrgicos de São Paulo que desenvolvem uma atividade de Oposição Sindical, procuram discutir os seus problemas e buscar alternativas para continuidade e fortalecimento do movimento de Oposição Sindical. Para isso foram convocados também companheiros de outras áreas e categorias sindicais para levarem suas contribuições e experiências ao debate.

Esta proposta procura levantar alguns pontos mais importantes para o fortalecimento e dinamização da atividade de oposição, assim como as fraquezas do nosso movimento que teremos que resolver.

Temos suportado uma grande exploração: os baixos salários calculados e controlados pelo governo, o FGTS (que nos tira a estabilidade do emprego), os abusos crescentes nas fábricas no sistema de horas extras, no atraso de pagamento... O lucro é tudo na vida do patrão e para garantir essa superexploração a ditadura considera nossa luta por qualquer reivindicação ou atentado contra a segurança nacional: foi proibido o direito de greve, as atividades sindicais são reprimidas e o atrelamento do sindicato ao governo foi reforçado.

Sabemos de todas as fraquezas e dificuldades que ainda existem em nosso movimento: 1) ainda tem muito operário consciente solto por aí lutando cada um pelo seu lado, 2) falta-nos uma organização de base a partir das fábricas, 3) o peso morto que é esse sindicato pelego e burocrático. Diante disso não é difícil compreendermos a falta que faz um movimento de Oposição Sindical forte. O crescimento das lutas operárias depende de que todos nós, operários mais conscientes, sejamos capazes de despertar entre os trabalhadores a verdadeira consciência e combatividade sindical para avançarmos na organização independente dos trabalhadores.

O pessoal que tem participado das atividades de Oposição Sindical, tem procurado discutir e pesquisar sobre a maneira de resolver nossos problemas, relacionados a três questões:

1. Como combinar o trabalho do sindicato com o trabalho de base nas fábricas?
2. Como combinar o trabalho legal e o trabalho ilegal?
3. Como estabelecer os pontos mínimos da unidade sindical para elaborar um programa de Oposição Sindical?

No começo foi difícil, não tínhamos experiência, mas aos poucos o pessoal foi se engrenando e hoje temos algumas coisas definidas.

O sindicato apesar de todo o atrelamento e o peleguismo é a única forma de organização existente no meio do operário. Por isso seria um erro criar uma alternativa que ocupe o lugar do sindicato, atuando somente nas fábricas de forma clandestina. Isso seria impossível no momento em que o movimento de massas está paralisado e os trabalhadores não estão organizados nas fábricas. Por outro lado, seria também um erro atuar como Oposição só no Sindicato praticamente nos momentos de campanhas salariais e eleições sindicais. Permaneceríamos afastados do movimento sem intervir ativamente nos conflitos de luta de fábrica.

O que devemos é combinar o trabalho no sindicato com o trabalho de bases nas fábricas. A fábrica é fundamental para o fortalecimento de qualquer trabalho de oposição sindical mais combativo. Devemos atuar nos diversos conflitos que surgem nas fábricas e fortalecer a organização da oposição a partir daí. Por outro lado, uma melhor utilização das formas legais é do sindicato, enquanto isso for possível só pode contribuir para ampliar o trabalho de oposição. Portanto, companheiros, enquanto conseguimos uma aproximação do pessoal da fábrica é urgente leva-los para as assembleias dos sindicatos, para distar as reivindicações da fábrica e para pressionar o pelego. E mais tudo que se conseguir no sindicato deve ser aplicado na fábrica para fortalecer a unidade e para elevar o nível de discussão e de combatividade do pessoal.

Porém essa atividade mais ampla utilizando os meios legais deve-se apoiar uma organização da oposição que seja independente em relação ao sindicato pelego que resguarde a oposição e sustente as organizações de fábrica frente aos ataques da repressão e dos patrões.

Devemos, portanto, combinar o trabalho legal e o trabalho ilegal. Então o nosso trabalho legal se apoia hoje nas comissões de fábricas, que são formas de nossa organização independente, para a discussão dessas comissões devemos atuar com cautela restaurando o nosso trabalho e a organização das represálias que podemos sofrer. Como dar continuidade na luta de fábrica se a liderança é presa e despedida? É para poder garantir a continuidade da luta que as comissões de fábrica não devem ser organizadas de forma ampla e aberta. Ao mesmo tempo, devemos também aproveitar todas as possibilidades de desenvolver formas de

organizações mais amplas e de cobertura legal, como por exemplo as de delegações sindicais de oposição ou as comissões eleitas no sindicato para o trabalho sindical combativo nas fábricas e nas reuniões sindicais.

Toda a atividade que desenvolvemos seja nas fábricas ou nos sindicatos e em todas as lutas que travamos, elas devem ser voltadas principalmente para ampliar e melhorar a nossa organização.

Cada dia encontramos mais companheiros que despertam para a luta e combatem esse sindicalismo burocrático e apático. São operários descontentes com a diretoria pelega. Daí surge a união de todos os operários comprometidos com a luta de oposição. Isto é, a unidade para uma luta sindical mais ampla e mais forte deve-se basear nas necessidades mais urgentes dos trabalhadores, principalmente de melhorias salariais, na necessidade de organização das fábricas, na necessidade de se publicar boletins sindicais de oposição e nas necessidades de pressionar o sindicato pelego para as assembleias e reuniões sindicais se voltem para atender as lutas e aos interesses dos trabalhadores.

Nos poderíamos dizer sem medo de errar, que todos os operários que ainda estão dispersos e todos os grupos de oposição sindical nas diferentes categorias coordenarão com esses pontos mínimos de unidade prática. Assim integraremos o maior número possível de companheiros na luta.

Essas necessidades mais urgentes representam as principais reivindicações da oposição.

- fim do arrocho salarial
- estabilidade do emprego
- maior segurança e melhores condições de trabalho
- direito de greve
- liberdade de organização sindical nas fábricas
- autonomia sindical
- cumprimento das decisões tiradas nas assembleias
- imprensa sindical livre

Essa unidade deve ser desenvolvida na prática atual, e em cada região, sindicato ou fábrica podemos elaborar plataformas que expressem as reivindicações locais e específicas mais sentidas.

Qual a responsabilidade dos operários de vanguarda diante do movimento de oposição sindical?

Todo movimento precisa de uma vanguarda política assim como um corpo precisa de uma cabeça. Os operários mais conscientes esclarecem os companheiros não só sobre as necessidades mais urgentes dos trabalhadores mais também sobre os interesses e reivindicações políticas que representam as sociedades mais gerais na luta contra a ditadura. Isto porque devem se preocupar em elevar a consciência política junto aos companheiros de luta formando, uma consciência independente na classe operária, combatemos os ideais e ilusões de outras classes que buscam levar as confusões para o meio operário e fortalecer dessa forma a direção operária na luta contra a ditadura. Também a Oposição deve denunciar os crimes da ditadura ou se manifestar sobre qualquer questão política mais geral a cada momento em que isso for necessário. Porque a oposição não deve dar as costas para o que acontece no conjunto da sociedade sem ignorar por exemplo que desde já lutamos pelo direito irrestrito de organização e manifestação para os trabalhadores, pelo desmantelamento de máquinas repressiva que a ditadura usa oprimir os trabalhadores e outros setores.

É importante levar a discussão política aos companheiros de oposição e ao movimento, mas o que não devemos é comprometer a oposição sindical com nenhum programa partidário no momento de modo que podemos construir uma verdadeira união com base nas necessidades mais imediatas da classe operária. Só assim poderemos estar unidos com todos os operários dispostos a lutar mesmo os que não tenham uma consciência política.

• LUTAR PELA UNIDADE E PELA ORGANIZAÇÃO DAS OPOSIÇÕES SINDICAIS

• FORTALECER OS INTERESSES POLÍTICOS DA CLASSE OPERÁRIA NA RESISTÊNCIA À DITADURA

As Eleições e o Trabalho Sindical

Os operários conscientes viram-se, novamente, diante da necessidade de se definirem pela participação ou não, das eleições do Sindicato dos Metalúrgicos de São Paulo.

As posições assumidas até presente, e as opiniões existentes mostraram ser bastante divergentes, o que demonstrava a falta de unidade existente, atualmente, nas fileiras dos operários conscientes mesmo nas questões básicas do nosso movimento.

Diante disso, devemos aproveitar o evento das eleições para efetuarmos uma ampla discussão entre os operários

mais avançados de como deve ser feito o trabalho sindical.

O SINDICATO

Como sabemos existem Atualmente 250 mil metalúrgicos em São Paulo. Destes, uma pequena parcela é sindicalizada (60 mil aproximadamente). Mas, este número também não diz a realidade, pois somente 1.000 a 2.000 operários costumam ir as assembleias do sindicato. Concluimos com estes dados, que a grande

maioria dos operários não reconhecem o sindicato como um órgão de luta e o seu representante.

A grande maioria dos associados estão filiados ao Sindicato para aproveitarem de sua assistência médica e jurídica.

Mas, o Sindicato, deve ser antes de mais nada um órgão capaz de defender a classe. Lutar pelos seus direitos. E isso nós sabemos que não existe atualmente. O que existe é um Sindicato vazio que não conseguem cumprir os seus verdadeiros objetivos.

Temos as campanhas salariais.

Todos os anos o Sindicato é obrigado a aceitar os índices de reajuste determinado pelo governo. E o Sindicato não consegue mudar nada. Não consegue por ser uma entidade totalmente controlada pelo governo. E por isto mesmo os operários não reconhecem como sendo o seu órgão de classe.

Esta situação vem desde a muito tempo.

Desde que foram criadas em 1937, durante o Governo de Getúlio Vargas. Nos últimos anos, este controle tem sido maior ainda. Fez com que ele se transformasse num apêndice do Ministério do Trabalho.

Vejamos as eleições do Sindicato.

Para a inscrição de uma chapa há um grande número de exigências. Elas desde a obrigatoriedade de registro de chapa 180 dias antes das eleições, controle ideológico dos candidatos, controle de programa eleitoral das chapas, etc. Tudo isso para dificultar a inscrição de uma chapa de oposição.

Na verdade, os Sindicatos existem devido ao imposto sindical que é pago obrigatoriamente por todo o operário. Dinheiro arrecadado que só beneficia uma pequena parcela da classe.

As diretorias sempre dizem que o Sindicato não funcionam porque os operários não vão às assembleias. Mas eles nunca dizem porque não se vai às assembleias. Para eles não é o modo que os Sindicatos foram criados e o seu controle, que impede uma maior participação da classe.

Mas como podem os operários participarem num Sindicato destes, totalmente controlado pelo governo, que cede aos patrões e que não ouve os operários por não estar organizado pela base?

Nas assembleias estamos acostumados a ouvir palavras bonitas ditas pelas "lideranças" sindicais. Elas até parecem concluir que eles estão do nosso lado. Na verdade, estes "operários de gravata" não fizeram mais do que faltar. Defendem com palavras e conciliam de fato. Entram no jogo do governo quando aceitam a sua política em relação aos Sindicatos: transformá-lo num órgão de assistência social.

ALTERNATIVA:

Diante disso qual deve ser a nossa posição?

Acreditamos que devemos lançar uma semente para conseguirmos criar um verdadeiro Sindicato independente do Governo e dos patrões. Um Sindicato que surja a partir do trabalho de cada fábrica. Que esteja presente em cada seção. Isto é, um órgão que esteja organizado pela base, de baixo para cima, a partir de comissões e grupos de fábricas.

Este é um único modo de termos um Sindicato capaz de ouvir operários, de defender os operários das injustiças dos patrões em cada seção.

Mas como iniciar este trabalho atualmente? Que atividades devem prevalecer? Devemos partir de nossa realidade?

Como sabemos contamos hoje com um número bastante pequeno de operários conscientes que se dedicam as atividades sindicais. E não existe grande predominância de idéias de como deve ser feito este trabalho, no conjunto dos operários avançados.

Por outro lado, a grande maioria das massas operárias não possuem consciência, nem mesmo, de necessidades de um órgão de luta. Não saberiam atualmente diferenciar o Sindicato oficial de qualquer outra organização Sindical independente.

Isto mostra que atualmente não tem importância desenvolver atividades que procurem atingir as amplas massas operárias. E as atividades do Sindicato Oficial tem este objetivo amplo uma vez que eles pretendem representar todo o setor da classe.

Tomemos estas eleições do Sindicato Metalúrgico de SP.

A oposição Sindical não teve força suficiente para lançar uma chapa nessas eleições, muito menos teria para conduzir uma campanha eleitoral satisfatória. O que mostra claramente a sua fragilidade.

Por outro lado a classe operária está totalmente dispersa, desorganizada.

Nestas condições não tem importância a formação de uma chapa de oposição ou mesmo o lançamento de uma grande campanha de voto nulo. Isto porque nós iríamos lançar as nossas frágeis forças conscientes numa atividade junto a todos os operários, o que não iria determinar um avanço na sua organização.

Uma atividade que não contribua para a organização da classe operária não poderá ajudar a formação do movimento operário.

O centro de nossas atenções hoje devem estar voltadas para o trabalho de união e organização dos operários dentro das fábricas. Unir os operários a partir das bases. Agrupar os operários mais avançados que estejam interessados em lutar para resolver os problemas de classe.

Desenvolver o trabalho a partir das fábricas e não "levar o Sindicato para as fábricas", de cima para baixo. Esta última idéia limita e impede o trabalho, pois, significa colocá-lo sob controle de um Sindicato que não pode ser apoiado para as atividades da base.

Isto não quer dizer que devemos abandonar totalmente a participação do Sindicato oficial.

A presença nas assembleias sindicais com objetivo de desmascarar os pelegos serve de instrumento auxiliar na conscientização dos operários.

Sobre as Comissões de Fábricas

Companheiros Congressistas:

Esta é uma pequena contribuição da Oposição Sindical Metalúrgica de São Paulo para o III CONGRESSO DOS METALÚRGICOS DE SÃO BERNADO E DIADEMA e para todos os trabalhadores aqui presentes.

As nossas experiência, as nossas lutas, as nossas vidas são neste Brasil ainda muito desconhecido. Apesar de sermos todos metalúrgicos e trabalhadores. Uma coisa temos de comum, ninguém está vivendo bem. O país vai de mal a pior e não se fala de milagres como antes.

Em maio vocês pararam, foi o silêncio de fábrica por fábrica. Nós também fizemos o mesmo.

COMO FOI EM SÃO PAULO?

Quando começaram as greves os patrões não queriam falar com todo mundo junto em ASSEMBLÉIA DA FÁBRICA e em tampouco que fosse todos que decidissem. Não sabiam inclusive com quem falar para negociar.

Os patrões queriam falar com os poucos e ainda por cima queriam que estes poucos decidissem por todos. Em muitos lugares só a assembleia, feita durante a greve, decidia. Em outros só a Comissão. Vimos que nos lugares que a comissão só negociava e a decisão era de todos a luta foi mais firme. Nas fábricas onde as Comissões decidiam por conta própria a firmeza não foi a mesma. Por esta razão achamos que: **A COMISSÃO DEVE NEGOCIAR E SÓ A ASSEMBLÉIA DE FÁBRICA DECIDIR**

QUEM ERAM OS PARTICIPANTES DAS COMISSÕES?

Todo mundo participou do faxineiro ao ferramenteiro. E por isso todos os problemas de trabalhadores foram vistos, alguns reivindicados na luta. A experiência mostrou que quanto maior for o número de seções representadas na comissão maior é a garantia de que todos os problemas serão enfrentados. Isto mostra que: **NA COMISSÃO DE FÁBRICA DEVEM ESTAR REPRESENTADAS TODAS AS SEÇÕES**

COMO FOI O COMPORTAMENTO DAS COMISSÕES?

A maior descoberta das Comissões foi que sua força aumentava muito a cada assembleia geral feita dentro de fábrica.

Outra lição tirada por algumas comissões foi que quando algum representante falha, tem que ser substituído por outro eleito.

Os melhores resultados foram obtidos quando a Comissão foi formada por companheiros eleitos LIVREMENTE em todas as seções.

Os piores resultados foram das fábricas onde as comissões foram indicadas pelos chefes os através de votações mal feitas.

Devido a isso achamos que: **OS REPRESENTANTES DE SEÇÕES DEVEM SER ELEITOS LIVREMENTE E SEREM SUBSTITUIDOS A QUALQUER MOMENTO DESDE QUE SEJA ESTA VONTADE DE QUE OS ELEGERAM!**

A COMISSÃO SÓ SERVE DURANTE A GREVE?

Não! Todas as greves que fizemos terminaram com o aumento do salário. Isso foi uma vitória. As outras reivindicações foram deixadas para resolver depois, entre a comissão e a empresa.

Ganhamos um aumento e algumas melhoras, mas isso não significou a solução dos nossos problemas.

Temos de manter nossos companheiros da comissão sempre firme para enfrentar os patrões. Isso só pode se dar com: **A ESTABILIDADE PARA AS COMISSÕES E COM ASSEMBLÉIAS PERIÓDICAS NAS FÁBRICAS ONDE TODOS OS COMPANHEIROS POSSAM PARTICIPAR.**

A COMISSÃO E O SINDICATO

Em quase todas as greves em São Paulo as comissões de fábrica mantiveram sua independência frente ao sindicato.

Isso para os companheiros das comissões ficou bem claro. Porque?

- O lugar de atuação da comissão é na fábrica,
- a comissão é eleita pelos companheiros das seções,
- quem controla a comissão é a assembleia da fábrica,

A COMISSÃO E OS DELEGADOS SINDICAIS

A existência das comissões não dispensa a necessidade dos delegados sindicais.

Na comissão de fábrica pode-se escolher alguns companheiros que farão a ligação entre a fábrica e o sindicato.

Esses companheiros eleitos pela Comissão representarão a fábrica junto ao sindicato e garantirão uma nova estrutura de base para o sindicato.

A luta de classes no Brasil no final do século XX

Selmo Nascimento da Silva

Colégio Pedro II – CP II
selmonsilva@yahoo.com.br

1. Introdução

A classe trabalhadora consagrou a greve como seu principal instrumento de luta e resistência à exploração e à opressão impostas pelas classes dominantes. O estudo dos movimentos grevistas permite o entendimento da dinâmica e do estágio da luta de classes, identificando tanto a capacidade de organização e o patamar da consciência de classe dos trabalhadores, quanto as estratégias do Capital e do Estado na contenção e domesticação da classe trabalhadora.

Assim, a presente pesquisa analisa três importantes movimentos grevistas que marcaram a luta de classes no Brasil nas últimas décadas do século XX: as greves dos metalúrgicos do ABC paulista de 1978 e 1979, a greve dos trabalhadores da CSN de 1988 e a greve dos petroleiros de 1995. Esses são três momentos distintos do desenvolvimento do capitalismo e da conjuntura política brasileira, mas que analisados em conjunto permitem o entendimento do conflito entre as classes sociais em ocasiões que determinaram os rumos do país.

Portanto, o objetivo do presente estudo é compreender a dinâmica e as contradições da luta de classes no Brasil, a partir da análise desses três movimentos grevistas num período histórico de rupturas e consolidação do neoliberalismo. Trata-se não só da análise do conflito entre as classes, mas também dos conflitos no interior das classes e dos projetos de sociedade em disputa.

2. As greves de 1978 e 1979: o nascimento do “novo sindicalismo”.

Dez anos depois da violenta repressão da Ditadura Militar sobre o movimento grevista dos operários de Osasco (1968), em maio de 1978 cerca de 100 operários da Saab-Scania de São Bernardo do Campo cruzaram os braços diante das máquinas. A ação dos trabalhadores da Scania detonou um

movimento grevista que se estendeu por nove semanas (12 de maio a 13 de julho), atingindo 213 fábricas de nove cidades do Estado de São Paulo e chegando a um total de 245.935 trabalhadores em greve.

Segundo Maria Helena Moreira Alves (1989), dois fatores foram importantes para a deflagração do movimento grevista de 1978: o governo Militar admitiu a manipulação dos dados oficiais da inflação de 1973 e 1974 e, portanto, os trabalhadores tiveram uma perda salarial de 34,1%. O outro fator foi a emergência de lideranças sindicais combativas que faziam oposição às direções sindicais pelagas atreladas ao Estado¹.

Ricardo Antunes (1988) procurou explicar a origem do movimento a partir das condições de vida e trabalho dos operários durante a década de 1970:

“Maio de 78 tem suas raízes no cotidiano operário, tecido especialmente nos primeiros anos da década. Finda a euforia do ‘milagre’, o afloramento da crise econômica atingia ainda mais diretamente a classe trabalhadora, que pautava a sua atuação nos marcos da *resistência* contra o binômio arrocho-arbítrio, superexploração-autocracia, que, entrelaçados intimamente, impunham ao proletariado uma dura realidade” (Antunes, *op. cit.*, pp. 13-14).

A greve dos metalúrgicos foi o estopim de uma onda grevista que se espalhou pelas principais capitais e centros econômicos do país. Foram registradas 118 greves, envolvendo diversas categorias que reivindicavam reajustes salariais, melhores condições de trabalho, direitos sindicais e trabalhistas (ver Alves, *op. cit.*, pp. 250-251 e Mattos, 2009, p. 120).

No ano seguinte, a continuidade das greves dos operários das indústrias metalúrgicas do ABC assumiu uma maior amplitude, sendo caracterizada, por militantes e estudiosos, como uma “greve geral dos metalúrgicos” (Antunes, *op. cit.*). As reivindicações continuaram as mesmas: a luta pelo reajuste salarial (reivindicando 75% de aumento), conseqüentemente, contra a política de arrocho salarial dos governos militares e da superexploração (*Id.*, p. 58).

A repressão promovida pelo Capital e pelo Estado também teve maior amplitude. As medidas preventivas tomadas pelos empresários impediram a

¹ As lideranças sindicais combativas, tais como Luiz Inácio Lula da Silva (Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo), João Paulo Pires de Vasconcelos (Sindicato dos Metalúrgicos de João Monlevade), Arnaldo Gonçalves (Sindicato dos Metalúrgicos de Santos), Hugo Peres (Federação dos Metalúrgicos de São Paulo), romperam efetivamente com o sindicalismo pelo durante o V Congresso da CNTI, realizado no Rio de Janeiro em julho de 1978 (Ver Rodrigues, 1991, p. 15).

ocupação dos locais de trabalho, por isso “*as greves foram empurradas para as ruas; os trabalhadores tiveram assim de organizar piquetes e enfrentar a polícia*” (Alves, *op. cit.*, p. 253). Além das demissões e da violência policial como formas de repressão, o Estado também promoveu a intervenção nos três sindicatos do ABC envolvidos na “greve geral metalúrgica”. Diante do quadro de repressão, o estádio de Vila Euclides de São Bernardo foi palco das assembleias dos operários e a Igreja Matriz foi usada como sede do comando de greve.

Em escala nacional, os trabalhares dos mais diversos setores (além dos metalúrgicos, destacam-se as greves dos transportes urbanos, da construção civil, dos professores, servidores públicos, mineiros e bancários) fizeram paralisações, num total de 246 greves que mobilizaram cerca de três milhões de trabalhadores (Mattos, *op. cit.*, p. 120).

Se as greves se intensificaram pelo país, a repressão também se intensificou, como relata Maria H. M. Alves:

“No decurso de 1979, intensificou-se progressivamente a repressão, em especial, contra professores e bancários em greve. O Ministério do Trabalho interveio nos sindicatos dos bancários das cidades do Rio de Janeiro, São Paulo e Porto Alegre, afastando dirigentes eleitos de 24 outros (...). Os professores enfrentaram a Polícia Militar e viram permanentemente fechada sua associação no Estado do Rio de Janeiro. Em setembro de 1979, os metalúrgicos de São Paulo votaram pela entrada em greve, apesar da oposição do presidente do sindicato, Joaquim dos Santos Andrade. A greve sofreu a mais drástica repressão do governo, com o emprego de tropas para dispersar piquetes, invasão de igrejas para dissolver reuniões de apoio e perseguição a grevistas em seus bairros de residência. Em confronto entre a Polícia Militar e grevistas na porta de uma fábrica, foi baleado Santo Dias da Silva, um dos principais organizadores sindicais católicos” (Alves, *op. cit.*, pp. 255-256).

Esse quadro de acirramento da luta de classes no Brasil encontrava-se dentro de uma conjuntura de mudanças significativas do sistema capitalista, pois depois de décadas de crescimento dos lucros e de expansão global do capital financeiro e industrial, o regime de acumulação rígida de capitais, cujo modelo produtivo era taylorista-fordista, começou a se esgotar e no final da década de 1960 estava em crise na década de 1970, gerando a queda na taxa de lucro e estagnação econômica. Além disso, a crise do Petróleo e o desmoronamento do sistema Breton Woods agravaram a conjuntura

econômica. Tratava-se de uma crise estrutural do capitalismo que era o sintoma da superação da fase monopolista de Estado, isto é, do período em que predominou o intervencionismo estatal de tipo fordista-keynesiano

No Brasil, o bloco no poder pós-64 intensificou sua unidade interna e sua interdependência maximizando as possibilidades e as contradições do padrão de acumulação após-1950 nos marcos do desenvolvimentismo, graças à violenta repressão das demandas populares de reforma social e distribuição de renda. Portanto,

“a etapa do ‘milagre brasileiro’ foi marcada por um processo de monopolização que, além de gerar concentração e centralização de capitais nunca vistas, expandiu a lógica concentracionista do capital para as mais diversas regiões e economias da formulação social brasileira (...). E essa lógica foi determinada pela altíssima taxa de lucratividade exigida pela remuneração do capital monopolista, o que impedia que os excedentes gerados pela economia fossem revertidos num processo de distribuição de renda” (Maciel, 2004, p. 72).

Por isso, no Brasil essa crise estrutural do capitalismo se caracterizou pelo fim do “milagre brasileiro”, resultante na modernização conservadora implementada pela Ditadura Civil e Militar. A crise de acumulação do capitalista brasileiro foi em decorrência do esgotamento do padrão de industrialização de tipo taylorista-fordista centrado na produção de bens de consumo duráveis, sob o comando do capitalismo internacional (Alves, 2000a). A resposta do governo militar para a crise foi o Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) que, ainda nos marcos do desenvolvimentismo, objetivava mudar o padrão de acumulação de capitais fortalecendo a de produção de bens de capital, setor que o Estado superava o capital privado, em substituído a produção de bens de consumo duráveis. Além disso, foi adotada uma política econômica inflacionária e de aumento do endividamento externo como forma de manter os níveis de crescimento da economia.

Essas medidas foram insuficientes para conter a crise estrutural do capitalismo. Em escala mundial o sistema capitalista apontava para a reestruturação produtiva, isto é, para adoção de um regime de acumulação flexível de base toyotista e de um modelo de Estado neoliberal como as saídas da crise. Internamente o modelo desenvolvimentista alicerçado no endividamento do Estado para financiar o crescimento econômico chegou ao seu limite provocando a crise de balanço de pagamentos. Com a crise, a

unidade no interior do bloco no poder começava a ser questionada e as ideias liberalizantes ganhavam espaço.

O ABC paulista estava no olho do furacão, pois foi a sua industrialização nessa região, a partir de 1950 com a instalação de multinacionais produtoras de bens de consumo duráveis, o principal pilar do padrão de acumulação do capitalismo brasileiro. A classe trabalhadora foi duramente atingida com o recrudescimento da política de arrocho salarial, com a intensificação da surperexploração e com o aumento do custo de vida. Portanto, condições materiais dos operários do ABC, numa conjuntura de crise do capitalismo, e o desenvolvimento das forças coletivas dos trabalhadores, a partir da organização de oposições sindicais e da emergência de lideranças sindicais combativas, contribuíram decisivamente para os confrontos de 1978 e 1979.

Ricardo Antunes defende a tese de que as greves dos metalúrgicos do final dos anos 70 foram *greves espontâneas*, isto é, “sua lógica foi ditada pela dura realidade do cotidiano operário, não contando com uma *direção consciente*” (Antunes, *op. cit.*, p. 32). Apresentar essa caracterização é importante porque permite um debate sobre a dialética das formas da greve e das estratégias de luta da classe trabalhadora, temas que serão aprofundados mais adiante. Por agora, é importante destacar que ao caracterizar as greves do ABC como *espontâneas*, Antunes aponta para os limites das greves dessa natureza, ou seja, estão presas ao imediatismo das condições de vida dos operários e são movidas pelo instinto dos trabalhadores, onde

“a ação teleológica ocorre como resultado de uma situação concreta que levou, sem prévia ideação social ou política, à eclosão daquele evento. É algo que brota da própria situação da classe, em sua processualidade e desenvolvimento e se atém ao plano da imediatidade. A *ação espontânea é, portanto, aquela que se atém ao nível da consciência da contidianeidade, da consciência contingente*” (*Id*, p. 195).

As teses de Antunes se tornaram as principais interpretações das greves do ABC, tanto em termos acadêmicos quanto em termos construção da própria história do movimento operário e sindical brasileiro. Nesse sentido, a principal importância do movimento grevista residiu no fato de ter contribuído decisivamente para a reorganização do movimento sindical brasileiro na década seguinte com a fundação da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

em 1983, como resultado da concretização da ação política do “novo sindicalismo”.

É importante levantar algumas questões sobre a afirmação do caráter espontâneo das greves dos metalúrgicos, considerando a conjuntura política brasileira, a correlação de forças entre as classes e o estágio de desenvolvimento das forças coletivas da classe trabalhadora. Na década de 1970 os trabalhadores enfrentavam uma violenta ofensiva do Estado e do Capital. Estava em plena vigência o AI-5, as greves de 1968 foram exemplarmente reprimidas, a resistência armada sofria duros golpes e os sindicatos oficiais eram verdadeiros representantes do Estado frente aos trabalhadores. Mas é nessa conjuntura desfavorável que as oposições sindicais se organizam, enfrentando as direções delegas e construindo comissões de fábrica; setores da Igreja Católica, especialmente as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs) e a Pastoral Operária, ofereceram espaços para a organização de movimentos de contestação; e lideranças sindicais combativas assumiram importantes sindicatos. Efetivamente, não existiam direções sindicais ou partidos políticos atuando de maneira decisiva para a eclosão das greves do ABC, mesmo porque a conjuntura política era extremamente adversa. Entretanto, existiam os trabalhadores lutando e tentando construir alternativas de organização (via oposições, comissões de fábrica e espaços da Igreja Católica).

O objetivo do debate proposto pelo presente trabalho não é questionar se as greves de 1978 e 1979 foram espontâneas ou não, mas sim debater a própria noção de espontaneidade e seu papel no desenvolvimento das forças coletivas dos trabalhadores, considerando a dialética entre ação e organização. Para atingir esse objetivo é necessária a reflexão sobre outros movimentos grevistas igualmente importantes na história dos trabalhadores brasileiros.

3. A greve de 1988: a violência de classe em tempos de democracia.

Dez anos depois das greves de maio do ABC paulista, os operários da Companhia Siderúrgica Nacional organizaram mais um movimento de paralisação e ocupação da siderúrgica. Na madrugada do dia 7 de novembro de 1988, quatro lideranças sindicais pularam a cerca da usina e começaram o

movimento, “o arrastão”, chamando os operários para a greve, que havia sido deliberada na assembleia do dia 4 de novembro. Os metalúrgicos apresentaram a seguinte pauta de reivindicações: 1) turno de 6 horas, 2) pagamento de 17% relativos à URP, 3) readmissão dos demitidos por motivos de greve, 4) pagamento dos 26% do Plano Bresser e 5) fim das listas negras da CSN.

A greve de novembro de 1988 era mais um movimento reivindicatório dos trabalhadores da CSN, que inauguraram em 1984, por ocasião da primeira greve da história da companhia, um período de muitas mobilizações e enfrentamentos, não só da direção da estatal, mas também das forças repressivas do exército.

Os anos de 1980 marcaram uma mudança significativa na organização operária da CSN: as diretorias pelegas que dominavam o sindicato há décadas foram derrotadas nas eleições de 1983 pela “Oposição Sindical”. O setor oposicionista começou a se organizar no final dos anos de 1970, impulsionado pelo “novo sindicalismo”. Segundo Wilma Mangabeira o

“‘Grupo de Oposição Sindical’ nasceu da união de alguns trabalhadores da Companhia Siderúrgica Nacional com operários de outras companhias para contestar a liderança de Lustrosa [representante do peleguismo]. A Igreja Católica progressista teve um importante papel no início do movimento, proporcionando-lhe um local de reunião e oferecendo apoio moral e material. (...) Nota-se que a ‘Oposição Sindical’ local encontrava apoio em grupos semelhantes que surgiram em outros pontos do país e se beneficiava com a ascensão geral do movimento sindical desde 1978” (Mangabeira, 1993, p. 77).

As gestões do grupo ligado ao “novo sindicalismo” foram marcadas pelo trabalho de base, pela combatividade do movimento e pela repressão da diretoria da CSN e do Estado, esse último empregando não só a Polícia Militar para reprimir os movimentos, mas também, a partir de 1986, o Exército se tornou o principal instrumento de contenção das greves em Volta Redonda.

O movimento dos metalúrgicos do Sul Fluminense estava em consonância com o movimento dos trabalhadores em escala nacional. O que se viu na década de 1980 foi a classe trabalhadora em ascensão:

“As greves por categoria, dominantes no primeiro impulso pós-1978, continuaram a existir, mas passaram a ser mais numerosas as paralisações por empresa. Os métodos também foram diversificados. Greves com ocupação, greves ‘pipoca’, operações ‘padrão’, ‘vaca brava’

e 'tartaruga', foram algumas das novas formas que surgiram no período. Greves nacionais (como as dos bancários em 1985, e diversas paralisações dos professores e servidores universitários ao longo da década) e paralisações de categorias 'novas' na atividade sindical, como os funcionários públicos, também marcaram essa fase. Entre 1983 e 1989, foram convocadas, ainda, quatro grandes greves gerais nacionais. Apresentando variações quanto ao nível de adesão às paralisações, essas greves gerais representaram, em seu conjunto, uma possibilidade de unificação das lutas e de elevação do patamar político das demandas dos trabalhadores, que nesses casos dirigiam-se ao núcleo da política econômica dos governos, especialmente à salarial, incluindo bandeiras mais amplas, como a reforma agrária e a suspensão dos pagamentos da dívida externa. A greve geral de 1989, com a participação de mais de 20 milhões de trabalhadores, por dois dias, foi a maior da história brasileira e a última grande demonstração de força do novo sindicalismo. O crescimento dos movimentos grevistas tem uma de suas explicações na reivindicação básica dos trabalhadores naqueles anos: reajustes salariais que pudessem limitar as perdas provocadas pela inflação, que, com a crise do modelo econômico da ditadura, atingia patamares astronômicos" (Mattos, *op. cit.*, p. 121).

Giovanni Alves (2000a) explica essa ascensão do movimento dos trabalhadores argumentando que a luta de classes dos anos de 1980 se caracterizou pela luta pelo controle da produção: de um lado a burguesia implementando um toyotismo restrito (introdução seletiva de mecanismos de flexibilização produtiva: Círculos de Controle de Qualidade - os CCQ's - e o sistema *just-in-time/kaban*); de outro o movimento sindical em ascensão organizado pela base (oposições sindicais e comissões de fábrica). Se a retomada do processo de acumulação de capitais passava pela necessidade do capital de controlar a força de trabalho no local de trabalho, o "novo sindicalismo" utilizava como estratégia de reorganização dos trabalhadores o "chão da fábrica", ao mesmo tempo em que ganhou reconhecimento social por suas práticas sindicais "insubmissas e de confronto" (Alves, 2000b, p. 116).

Aqui é importante ressaltar que o capitalismo passava por transformações em escala mundial em resposta a crise de acumulação fordista dos anos de 1970. A resposta do Capital e o Estado foi a ofensiva sobre a classe trabalhadora a partir da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais: 1) flexibilização e precarização das relações de trabalho com o desmonte das legislações trabalhistas, sociais e previdenciárias; 2) reestruturação de seus parques produtivos com a substituição do fordismo pelo toyotismo; e 3) liberalização e desregulamentação financeira e comercial,

permitindo a mundialização do capital. Trata-se da superação da etapa monopolista de Estado e o início de uma nova fase de acumulação de capitais: a etapa do *capitalismo ultramonopolista*. Trata-se de uma etapa dominada pelas políticas estatais neoliberais, articuladas ao regime flexível de acumulação de capitais, sob o comando dos oligopólios transnacionais².

No caso brasileiro, o processo de reestruturação produtiva e de reforma do Estado estava incompleto nos anos 1980. O Estado e o Capital procuravam alternativas para superar a crise do capitalismo da década anterior, que se expressava na economia nacional em crises macroestruturais: hiperinflação, crise da dívida externa e crise da balança de pagamentos. As medidas de flexibilização do toyotismo restrito (CCQ's, *just-in-time* e as novas tecnologias) eram insuficientes para responder à crise e as mudanças do capitalismo em escala mundial. Por isso, o processo de gradual de abertura política apontava para a necessidade de superação não só do Regime Militar, mas também do modelo do Estado intervencionista e das políticas desenvolvimentistas que caracterizaram o período ditatorial³.

A intensificação das lutas dos operários da CSN expressão efetivamente toda essa conjuntura de efervescência política e de crise econômica brasileira. Em termos do contexto da luta de classes, os confrontos se davam em duas frentes: as lutas econômicas (contra o arrocho salarial) e as lutas pelo controle da produção. Nesse último caso, a CNS começou a implantação de medidas de flexibilização da produção no início dos anos de 1980, com a introdução do trabalho em equipe e a flexibilização dos postos de trabalho, acompanhando a introdução de novas tecnologias (Mangabeira, *op. cit.*, p. 94). Essas medidas geram muitos conflitos no “chão da fábrica”, pois elas dependem da cooperação dos trabalhadores. A disposição combativa dos dirigentes do “novo sindicalismo” e sua atuação junto as base (presença nas CIPAS e nas comissões de fábrica) era um obstáculo à cooperação exigida pelas medidas do toyotismo restrito.

² Sobre o processo de concentração de capitais via fusões e aquisições e o estabelecimento dos oligopólios em escala mundial ver Chesnais, 1996.

³ Maciel argumenta que: “na medida em que a crise econômica se agravou, colocando o governo militar numa situação de isolamento político que acelerou a crise do cesarismo militar. Esta não atingiu o caráter de crise de hegemonia (...); porém, determinou um processo de acomodação no interior da arena da disputa política, cujo efeito mais expressivo foi a ascensão do campo de interlocução liberal à condição de dirigente do processo político” (Maciel, *op. cit.*, pp. 280-281).

A intervenção constante do Exército provocava o acirramento dos confrontos em Volta Redondo. Ao mesmo tempo deixava explícitos os limites democráticos do governo de José Sarney e da própria Constituição promulgada em 1988. Na prática a abertura democrática não diminuiu as ações violentas para reprimir o movimento operário.

É nessa conjuntura de acirramento e luta contra o arrocho salarial que é deflagrada a greve de novembro de 1988. Resultante de condições materiais dos operários e da radicalização da categoria:

“No movimento de novembro a organização dentro da usina está ferrenha. A própria direção do sindicato, no entanto, ainda não sabia avaliar direito o nível desta organização e sua força. A bem da verdade, quem começou o movimento de novembro foi a ‘arigozada’. O movimento começou mesmo nas portas da fábrica” (Veiga & Fonseca, 1990, p. 78).

Edilson Graciolli faz a seguinte avaliação do contexto da greve de novembro:

“A greve na CSN necessariamente significava explosão latente. Usina de capital produtivo estatal de importância singular para a acumulação capitalista, complexo industrial explosivo, área considerada de segurança nacional e cotidiano fabril impregnado de relações despóticas compunham o cenário em que o calor propagado não advinha apenas dos equipamentos e instalações, pois também era produzido pelo clima opressivo, militarizado, sobre o operário” (Graciolli, 1994, p. 83).

O desfecho desse contexto de radicalização da luta de classes foi o massacre dos operários em greve no dia 9 de novembro (terceiro dia da greve de ocupação). O Exército invadiu a CSN para desocupar a usina e acabar com o movimento. Durante ação violenta de desocupação três operários foram executados pelas tropas: Carlos Augusto Barroso, executado com uma coronhada na cabeça, Walmir Freitas Monteiro, executado com um tiro no peito, e William Fernandes Leite, executado com um tiro na nuca (*Id*, p. 104).

A violência do Estado não pôs fim ao movimento. Na verdade, o martírio dos operários provocou a ampliação do movimento que ultrapassou os muros da usina e o limites da Cidade do Aço: “a luta não era mais só da categoria dos metalúrgicos, era do povo de Volta Redonda” (*Id*, p. 105).

A execução sumária dos operários da CSN foi o prelúdio do significado real da democracia burguesa para a classe trabalhadora: a continuidade da repressão e da violência como instrumentos de domesticação dos

trabalhadores. A violência aberta do Regime Militar se converteu numa violência dissimulada na Nova República. Os massacres de Corumbiara (1995) e El Dourado dos Carajás (1996), as chacinas do Carandiru (1992) e de Vigário Geral (1993) e a repressão do Exército à greve dos petroleiros (1995), são os exemplos mais conhecidos da continuidade da violência latente do Estado sobre a classe trabalhadora.

Sobre o caráter e a natureza da greve da CSN, Edilson Graciolli retoma o debate sobre a dicotomia *greve espontânea-greve não-espontânea*. Recorrendo a literatura marxista, Graciolli tem o mesmo entendimento de Antunes: uma greve espontânea é desprovida de uma direção consciente. Entretanto, características da organização de base daqueles operários, especialmente a presença ativa das comissões de fábrica, que inclusive as comissões foram responsáveis pela mobilização e organização dos operários no período em que vários diretores foram demitidos (*Id*, p. 95), levaram Graciolli a considerar que não existiu, no caso da greve de novembro de 1988, um movimento puramente espontâneo ou puramente consciente. Ele recorre a noção gramsciriana de *disciplina*, ou seja, “*uma unidade articulada da espontaneidade com elementos de direção consciente*”, sendo que esses últimos, “*na deflagração da greve, manifestaram-se pelo trabalho das lideranças intermediárias, através das comissões de fábrica*” (*Id*, pp. 95-96). Essa encruzilhada em que chegou Graciolli será importante para a retomada desse debate mais adiante.

Antes de passar para a análise da greve dos petroleiros de 1995, é fundamental destacar duas teses sobre as lutas e a organização dos trabalhadores na década de 1980: as teses dos sociólogos Armando Boito Jr. e Giovanni Alves. Os estudos do primeiro destacaram a importância da estrutura do sindicalismo de Estado e das práticas e ideologias neocorporativistas no interior do movimento. Assim, a opção cutista em se organizar por dentro da estrutura sindical corporativa de Estado e, portanto reproduziu seus efeitos: manutenção da tutela estatal sobre os sindicatos (Boito, 1999). Por sua vez, Alves argumenta que as greves não romperam efetivamente as ações tipicamente corporativistas, na verdade expressavam “*um novo tipo de ‘egoísmo de fração’, ou seja, o neocorporativismo setorial*” (Alves, 2000b, p. 115). O entendimento dessas condições objetivas e subjetivas da classe

trabalhadora é fundamental para a compreensão do desenvolvimento da luta de classes no Brasil nas últimas décadas do século XX.

4. A greve dos petroleiros e a hegemonia neoliberal

No dia três de maio de 1995 os trabalhadores da Petrobrás iniciaram a maior greve da história dos petroleiros. A greve dos petroleiros durou um mês e marcou não só a história da categoria, mas também a história da luta de classes no Brasil, fechando, conforme o presente trabalho pretende defender, um ciclo da luta de classes no país que se iniciou nas greves do ABC no final de 1970.

A pauta de reivindicações tinha sete itens específicos da categoria: 1) cumprimento do Protocolo assinado em 25/11/94; 2) reposição das perdas salariais pelo ICV-Dieese – 23,63%; 3) reintegração dos demitidos; 5) política de contratações através de concursos públicos; 6) pagamentos dos passivos trabalhistas; e 7) suspensão imediata da implantação do GDP, das flexibilizações de normas e multifunções. Mas as reivindicações não se resumiam a essa pauta específica, pois no mesmo dia várias categorias entraram em greve (eletricitários, telefônicos, previdenciários, servidores técnicos administrativos das Universidades Federais e da saúde), todas articuladas pela CUT. As reivindicações gerais, como a luta contra a quebra dos monopólios do petróleo e das telecomunicações e a crítica ao Governo FHC, tentavam garantir a unidade desse movimento.

Os petroleiros lançam seu movimento grevista em meio a uma nova conjuntura da luta de classes no Brasil. Na década de 1990, a “década neoliberal”, a correlação de forças na luta de classes se altera com a ofensiva do Capital e com a “crise do sindicalismo”.

“A partir dos anos 90, ocorrem importantes mudanças organizacionais e tecnológicas nas empresas, impulsionadas pela política neoliberal de abertura comercial. É o que sugerimos como uma passagem para um “toyotismo sistêmico”, cuja característica é promover a debilitação da classe, não apenas em sua dimensão subjetiva, mas objetiva. Por um lado, a *captura da subjetividade do trabalho* através de uma luta ideológica vigorosa, expressa nos investimentos em estratégias de manipulação do consentimento operário, tais como os Programas de Qualidade Total, CCQ's etc. Por outro lado, mais cruel ainda, a destruição do coletivo operário, através da terceirização, da

descentralização produtiva e do desemprego, uma das maiores marcas das políticas neoliberais”. (Alves, 2000b, p. 113).

Com a implementação das políticas neoliberais a partir do Governo Collor (1990-92), o Brasil foi inserido numa posição subordinada na economia globalizada, o que provocou a ampliação das formas de exploração e opressão da classe trabalhadora, agora submetida a um regime de acumulação flexível de capitais, característico do capitalismo na sua fase ultramonopolista.

Segundo Armando Boito Jr. e Giovanni Alves, os anos de 1990 marcaram uma reorientação na política do movimento sindical: “novo sindicalismo” abandonou a estratégia do confronto dos anos 1980 e adotou uma orientação “propositiva”, isto é, a perspectiva de que os sindicatos devem propor soluções aos problemas sociais e econômicos do país, participando de fóruns de políticas públicas e tripartites. A perspectiva do *sindicalismo propositivo* se tornou a linha política da CUT a partir da aprovação no 4º (1991) das teses da Articulação Sindical. Pode-se afirmar que o predomínio do *sindicalismo propositivo* da CUT produziu dois importantes efeitos: no plano das políticas nacionais, a colaboração das centrais sindicais com os governos neoliberais, participando de fóruns governamentais, recebendo recursos estatais e gerindo projetos de qualificação dos trabalhadores sob a égide do toyotismo; e, no plano das políticas nos locais de trabalho, os sindicatos de base reproduzem o neocorporativismo.

Como consequência dessa mudança da linha política da CUT e da ofensiva do Capital o movimento dos trabalhadores entra num período de refluxo das lutas:

“A escalada grevista dos anos de 1980 foi interrompida logo no início da nova década. Foram 557 greves em 1992, 653 no ano seguinte, 1.034 em 1994, 1.056 em 1995 e, no ano mais agitado da década sob este aspecto, em 1996, foram 1.258, que se reduziram, em 1997, a 630 (Dieese). Mesmo nos anos em que o número de greves foi elevado, a distância em relação aos momentos de maior mobilização da década anterior é grande, também pelo fato de que o número de trabalhadores envolvidos e do número de jornadas perdidas apresentar uma queda bastante significativa” (Mattos, *op. cit.*, p. 126).

Considerando essa conjuntura, a greve dos petroleiros de 1995 pode ser considerada a última mobilização de confronto efetivo do “novo sindicalismo” como o Estado e o Capital. O movimento sindical dos petroleiros se filia ao

“novo sindicalismo” no seu nascedouro: durante as greves do ABC de 1978 e 1979 os Petroleiros de Campinas arrecadam recursos para o fundo de greve dos metalúrgicos; diversos sindicatos da categoria participam da fundação da CUT e aderiram as Greves Gerais convocadas pela central na década de 1980. Inclusive, no ano da terceira Greve Geral (1987), as forças do Exército foram chamadas para reprimir o movimento grevista dos petroleiros. Na verdade, o Exército foi empregado para reprimir seis greves da categoria entre 1960 e 1995. Mostrando ser essa uma estratégia recorrente do Estado para conter movimento dos trabalhadores de empresas tão estratégicas como a CSN e a Petrobrás.

A categoria tem um longo histórico de luta. A primeira greve ocorreu em 1960 e foi puxada pelo Sindipetro/BA, reivindicando equiparação salarial, melhores condições de trabalho e alojamentos e tratamento igualitário com os estrangeiros. Dessa data em diante, os petroleiros fizeram mobilizações e lutas constantes

“contra a superexploração, por condições dignas de trabalho, pelo caráter público da companhia, pontificando-se continuamente atentos às bandeiras democráticas e progressistas na sociedade brasileira. Associam, na maioria das vezes, as lutas econômicas às políticas” (Romão, 2009, p. 41).

As lutas na primeira metade da década de 1990 não foram diferentes, mas tinham um componente novo: diante da reestruturação produtiva e das políticas neoliberais, a luta contra a superexploração assumia contornos de resistência aos processos de deterioração das condições de trabalho e de privatização da Petrobrás.

A ofensiva do Capital e do Estado neoliberal sobre os trabalhadores da Petrobrás se expressou na introdução dos sistemas de automação de controle da produção, dos Sistemas Digitais de Controle Distribuído (SDCD) e Centros Integrados de Controle (CIC); dos CCQ's; dos sistemas *just-in-time* e *kanban*; das políticas de corte de gastos, com as políticas de demissões e de terceirização; e nos projetos de quebra do monopólio estatal e de privatização da empresa.

Essas medidas garantiram a reprodução da acumulação de capitais com a ampliação do faturamento da Petrobrás, que subiu de 20.448 bilhões de dólares, em 1990, para 35.496 bilhões de dólares, em 2000 (Romão, 2006, p.

213). De maneira inversa, as mesmas medidas provocaram uma redução significativa no quadro de trabalhadores, que eram 60.028 funcionários efetivos em 1989, chegando a 34.320 em 2000 (*Id*, p. 221).

Portanto, o confronto entre o Governo FHC e os petroleiros sintetizava o conflito resultante da ofensiva do projeto neoliberal em implantação no Brasil e a resistência da classe trabalhadora.

“FHC já havia exposto claramente sua disposição de fazer enfrentamento a quem contestasse sua política, quando no mês de março declarou não permitir divergências de dirigentes de estatais as suas diretrizes. Reafirmou sua posição um dia antes da decretação da greve puxada pela CUT, quando saíra publicada no Diário Oficial da União a demissão do advogado José Machado Sobrinho da direção da Petrobrás, que fora exonerado dia 28 de abril, por ter feito críticas ao programa de privatização do governo” (*Id*, p. 361).

Por isso era vital para a concretização do projeto em curso quebrar a espinha dorsal do movimento. Assim, a greve dos dura e exemplarmente reprimida.

“Para reprimir a greve e criar um exemplo para o conjunto do movimento sindical, o governo demitiu lideranças, a imprensa acusou os petroleiros pela falta do gás de cozinha (na verdade, os distribuidores especularam com o produto para garantir um aumento do seu preço) e a Justiça do Trabalho decretou a ‘abusividade’ da greve, estabelecendo uma multa diária de R\$ 100 mil enquanto durasse a paralisação, penhorando bens e retendo a receita das contribuições dos sindicalizados” (Mattos, *op. cit.*, p.133).

“‘*Quatro refinarias ocupadas pelo exército*’ (A Tarde, 25.05.95). Essa foi a manchete, na maioria dos jornais brasileiros, no dia 25.05 (quinta-feira). A ocupação começou pela REPAR, às 00:30 do dia 24.05, com cerca de 500 soldados. Às 2:30h foi a vez da REVAP; a refinaria Henrique Lages foi ocupada por nove caminhões com 300 homens da infantaria de Caçapava. As refinarias de Paulínia e Mauá foram ocupadas na mesma hora, às 3:30 da manhã. Na ocupação de Paulínia foram envolvidos 19 caminhões, 17 jipes e oito blindados, todos escoltados por jipes da polícia militar. Nessa última refinaria, a Globo e a Telesp chegaram antes da ocupação e prepararam todo o seu material de transmissão ao vivo” (Romão, 2006. p. 407-408).

Diante da forte repressão, no dia 2 de junho de 1995 a Federação Única dos Petroleiros (FUP) suspende a greve.

Ao impor essa derrota aos petroleiros, o Governo FHC consegue encaminhar suas reformas neoliberais, com a privatização das estatais, quebra dos monopólios do petróleo, mineração e telecomunicações, reforma da

previdência, desmonte da máquina pública, especialmente da saúde e educação, desmonte da rede de proteção social e trabalhista. A conjuntura em questão era de instabilidade e realocação do bloco no poder, por isso, o Governo FCH precisava dar uma resposta efetiva às demandas da burguesia. Portanto, a repressão através dos órgãos do Estado (poder judiciário e forças armadas) foi determinante para a consolidação dos interesses da burguesia na implementação do neoliberalismo.

Os enfrentamentos às reformas neoliberais, bem como aos efeitos da reestruturação produtiva, continuaram. Entretanto, as greves assumiam características cada vez mais corporativas, com pautas específicas e mobilizações isoladas. Acompanhando a própria fragmentação imposta pela reestruturação produtiva.

A análise da greve dos petroleiros de 1995 não passa pela polêmica da sua natureza, pois não há dúvidas da direção consciente do movimento grevista pela FUP e pela CUT. Entretanto, a derrota seguida por uma conjuntura de refluxo dos movimentos dos trabalhadores mostra que uma greve conscientemente dirigida, que articula pautas específicas com reivindicações gerais (projetos de Estado e de sociedade) em consonância com greves de outras categorias e com a mobilização de outros setores (o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem-Terra também participou das lutas de novembro de 1995) não é garantia de um salto qualitativo na consciência e nas formas de luta da classe trabalhadora. Existem outras determinações objetivas e subjetivas que devem ser consideradas quando se analisa as reivindicações, as formas de luta e de organização dos trabalhadores. Esse é um tema que remonta os debates entre as teorias revolucionárias do século XIX.

5. As greves e as teorias da revolução socialista.

A generalização das lutas dos trabalhadores na Europa do século XIX colocou o tema das formas e das estratégias de luta e organização da classe trabalhadora na pauta dos militantes e teóricos da revolução socialista. Nesse contexto, as greves tinham espaço privilegiado nas teorias revolucionárias, pois invertem a lógica da dominação capitalista, isto é, mostram o poder dos trabalhadores sobre a produção.

A teoria comunista de Marx e Engels considerava que as greves eram verdadeiras *escolas de guerra dos operários*, mas afirmava que essa forma de luta era limitada: “os operários não devem superestimar o resultado final dessa luta quotidiana. Não podem esquecer que lutam contra os efeitos e não contra as causas desses efeitos” (Marx, 1987). Lênin dá continuidade a essa interpretação marxista do caráter educativo das greves: “as greves ensinam os operários a unirem-se; as greves fazem-nos ver que somente unidos podem aguentar a luta contra os capitalistas”, entretanto, as “greves são um dos meios de luta da classe operária por sua emancipação, mas não o único” (Lênin, 2003). Assim, Lênin conclui que para luta efetiva pela emancipação da classe trabalhadora “só pode ser levada a cabo pelo partido operário socialista, através da difusão entre os operários das justas idéias sobre o governo e sobre a causa operária” (*Ibid*).

A tese marxista dos limites das greves deve ser entendida a partir da teoria sobre os limites das organizações sindicais e do papel do *partido operário socialista* na revolução. Giovanni Alves sistematiza bem essa teoria:

“Para Marx, a política tinha o seu verdadeiro estatuto no movimento social da classe, das suas lutas econômicas, que tendiam a criar, quando generalizadas, uma consciência de classe. Essas lutas econômicas generalizadas é que dariam a condição moral para a criação de um partido político da classe operária, cuja meta fosse a conquista do poder político como meio de obter a total emancipação” (Alves, 2003, p. 194).

Portanto, as organizações sindicais e sua principal forma de luta – as greves – encontram-se, segundo a teoria marxista, limitados pelo seu caráter econômico. Assim, os sindicatos e as greves têm uma função pedagógica, para elevar a consciência dos trabalhadores para a organização política – o partido – e a luta política – a conquista do poder.

A teoria anarquista, de Proudhon e Bakunin, rivaliza com o marxismo. Inclusive marxista e bakuninista protagonizaram grandes polêmicas no interior da Associação Internacional dos Trabalhadores (fundada 1864), que promoveram o racha da AIT em 1872. Para a teoria bakuninista a *greve geral insurrecional* é a estratégia para a revolução socialista. Nas palavras de Bakunin:

“Quando as greves se alargam, se interpenetram, é porque está próximo o momento da *greve geral*; e uma *greve geral*, com as idéias de

liberdade que reinam hoje no proletariado, só pode conduzir a um grande cataclisma que dará uma nova estrutura à sociedade” (Bakunin, 1979, p.11).

A tese da *greve geral insurrecional* se pauta no entendimento que a luta revolucionária é uma luta eminentemente econômica, ou melhor dizendo, uma luta pela emancipação econômica da classe trabalhadora. Para os bakuninistas a emancipação econômica só é possível com a destruição simultânea da propriedade privada e do Estado (*Id.*, p. 62).

Rosa Luxemburgo, no texto *Greve de massas, partido e sindicato*, retoma o debate sobre a estratégia da *greve geral*, numa tentativa de responder aos acontecimentos de 1905 na Rússia, já que Marx e Engels se opuseram à estratégia da *greve geral*. Assim, Rosa Luxemburgo argumenta que,

“La Revolución Rusa ha traído ahora como consecuencia una revisión radical de este razonamiento. Por primera vez en la historia de la lucha de clases se ha logrado una grandiosa concreción de la idea de la huelga de masas y, como demostraremos luego, ha madurado la huelga general abriendo por lo tanto una nueva era en el desarrollo del movimiento obrero. De esto no se desprende, por supuesto, que las tácticas de lucha política recomendadas por Marx y Engels fueran falsas o que fuera incorrecta la crítica que hacían del anarquismo” (Luxemburgo, 2008, p. 164).

No esforço de fazer a defesa da teoria marxista, Rosa Luxemburgo acusa os anarquistas de “revolucionários românticos” que se limitavam em fazer a propaganda da *greve geral*. Na verdade, a autora marxista considera que a *greve geral* não é o produto de uma ação consciente da classe trabalhadora, mas sim de condições externas a própria luta de classes:

“Es tan imposible ‘propagar’ la huelga de masas como medio abstracto de lucha como lo es propagar la ‘revolució’. La ‘revolución’, como la ‘huelga de masas’, es una forma externa de lucha de clases, que solo adquiere sentido y significado en determinadas situaciones políticas” (*Id.*, pp. 168-169).

Essa formulação marxista acaba por retirar da história e do processo revolucionário o *sujeito da revolução*, pois considera que a revolução e as condições que levam ao desfecho revolucionário, a greve geral por exemplo, não é o resultado da ação consciente de uma classe, mas sim o resultado do próprio desenvolvimento histórico. Na verdade, essa perspectiva é

extremamente idealista, pois desconsidera a ação concreta dos organismos da classe trabalhadora.

O idealismo dessa formulação acaba por provocar falsas polêmicas, como as dicotomias *greve espontânea-greve não-espontânea*, *greve econômica-greve política* ou ainda *greve geral anarquista-greve geral accidental*. Essas dicotomias são atualizadas por Ricardo Antunes, ao analisar as greves do ABC de 1978/79, e por Edilson Graciolli, ao analisar a greve da CSN de 1988.

Partindo da perspectiva marxista, Antunes e Graciolli consideram que a dimensão espontânea das greves contribuiu para a elevação da consciência da classe trabalhadora, cumprindo seu papel pedagógico. Isso porque a espontaneidade é o resultado do “instinto” da classe, que emerge das condições econômicas imediatas. Portanto, se faz necessário romper com o domínio do “instinto” (luta econômica) para a elevação da consciência (luta pela conquista do poder).

Aqui reside uma diferença fundamenta com a perspectiva bakuninista, pois na teoria anarquista *ação espontânea* não é sinônimo de ação instintiva. Para a filosofia de Bakunin o “instinto” é um reflexo mecânico muito elementar, portanto não se explica a ação humana que provida de reflexão sobre sua própria ação. A ação humana é, na verdade, o exercício da *vontade*.

“Assim, o que chamamos *mundo humano* não possui outro criador imediato além do homem que produz, conquistando passo a passo, sobre o mundo exterior e sobre sua própria bestialidade, sua liberdade e sua dignidade humana. (...) O homem cria este mundo histórico pela força de uma atividade que encontrais em todos os seres vivos, (...) instintiva e fatal, anterior a qualquer pensamento, mas que, iluminada pela razão do homem e determinada por sua *vontade refletida*, transforma-se nele e para ele em *trabalho inteligente e livre*” (Bakunin, 1988, pp. 68 e 70).

Portanto, a *ação espontânea das massas* é a *livre vontade* da classe trabalhadora. A luta concreta é, necessariamente, uma luta consciente, detentora de intencionalidade. Nessa perspectiva não existem greves desprovidas de direção consciente. Sendo uma ação de classe, as greves são expressões concretas da consciência. Por isso, debater ter se uma greve é espontânea ou não contribui para o entendimento da intencionalidade do

movimento. Tão pouco é relevante afirmar que uma greve contribui para a tomada de consciência.

Nesse sentido, o que é relevante nos estudos das lutas dos trabalhadores é compreender a intencionalidade dos sujeitos em luta. As três greves aqui debatidas, segundo a teoria bakuninista, eram possuidoras de direção consciente (em última análise a própria vontade dos trabalhadores), mas lhes faltava a estratégia política revolucionária, capaz de apontar para uma situação sem retorno: *a greve geral insurrecional*.

No processo de constituição da CUT e do PT, principais organizações dos trabalhadores no final do século XX, a orientação política revolucionária foi abandonada ainda na década de 1980, quanto a luta eleitoral se tornou o principal objetivo dessas organizações:

“A CUT considera que a definição de um projeto alternativo e a própria conquista do poder político são objetivos legítimos e fundamentais para a classe trabalhadora transformar a sociedade brasileira e eliminar as formas de exploração e opressão sobre os trabalhadores. No entanto, o instrumento fundamental de definição do programa da classe e da estratégia política do poder são os partidos políticos que estiverem efetivamente comprometidos com as aspirações históricas da classe trabalhadora”. (Resoluções do II CONCURT, 1986).

Segundo essa linha política, as greves, gerais ou setoriais, não tinham por objetivo avançar para a ruptura revolucionária. As lutas sindicais ficaram subordinadas a luta eleitoral, onde o partido substitui a entidade de base no protagonismo da lutas pela transformação da sociedade. Por isso, mesmo uma greve com as dimensões e organização da greve dos petroleiros de 1995 tem seu alcance limitando pela intencionalidade dos sujeitos em luta.

Referências bibliográficas:

ANTUNES, Ricardo. *A rebeldia do trabalho (confronto operário no ABC paulista: as greves de 1978/80)*. São Paulo: Ensaio; Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

ALVES, Giovanni. *O novo (e precário) mundo do trabalho: reestruturação produtiva e crise do sindicalismo*. São Paulo, Boitempo, 2000a.

_____. Do “novo sindicalismo” à “concertação social” ascensão (e crise) do sindicalismo no Brasil (1978-1998). *Rev. Sociologia e Política*, Curitiba, n. 15, p. 111-124, nov. 2000b.

_____. *Limites do sindicalismo - Marx, Engels e a crítica da economia política*. Bauru, Práxis, 2003.

ALVES, Maria H. M. *Estado e oposição no Brasil (1964-1984)*. 5ª ed. Petrópolis, Vozes, 1989.

BAKUNIN, Mikhail. *Federalismo, socialismo e antiteologismo*. São Paulo, Cortez, 1988.

_____. *O socialismo libertário*. São Paulo, Global, 1979.

BOITO Jr., Armando. *Política neoliberal e sindicalismo no Brasil*. São Paulo, Xamã, 1999.

_____. Reforma e persistência da estrutura sindical. In Boito Jr., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

CHESNAIS, François. *A Mundialização do Capital*. São Paulo, Xamã, 1996.

GRACIOLLI, Edílson José. *A ponta de um iceberg: a greve na CSN em novembro/88*. Campinas. Dissertação de Mestrado, IFCH/UNICAMP, 1994.

MACIEL, David. *A argamassa da ordem: da Ditadura Militar à Nova República (1974-1985)*. São Paulo, Xamã, 2004.

MANGABEIRA, Wilma. *Dilemas do novo sindicalismo: democracia e política em Volta Redonda*. Rio de Janeiro, Relume-Dumará: ANPOCS, 1993.

MARX, Karl. *Salário preço e lucro*. São Paulo: Ed. Global, 1987.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Trabalhadores e sindicatos no Brasil*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

LUXEMBURGO, Rosa. Huelga de masas, partidos y sindicatos. In Luxemburgo, *Obras escogidas*. Izquierda Revolucionaria, 2008.

RODRIGUES, Leôncio Martins. As tendências políticas na formação das centrais sindicais. In Boito Jr., Armando (org.). *O sindicalismo brasileiro nos anos 80*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1991.

ROMÃO, Frederico Lisboa. *A greve do fim do mundo: petroleiros 1995 - a expressão fenomênica da crise fordista no Brasil*. Campinas. Tese de Doutorado, IFCH/UNICAMP, 2006.

_____. *Óleo da terra, homens e mulheres da luta: petroleiros de Getúlio a FHC*. São Paulo, Expressão Popular, 2009.

VEIGA, Sandra M. & FONSECA, Isaque. *Volta Redonda: entra o aço e as armas*. Petrópolis, Vozes, 1990.

EL CAMINO DE LA LUCHA POPULAR

7 CARTAS DE FAU Y 2 DOCUMENTOS SINDICALES

El verdadero cambio, el que el pueblo necesita, no se logra por medio de elecciones. Sólo será producto de una lucha larga y difícil, transitando caminos que no cruzan el utópico ilusionismo electoral que la reacción fomenta. Esto se sabe bien, aunque siempre haya quiénes se empeñan en hacer como que lo ignoran. De cualquier modo es útil realizar, todavía, algunas puntualizaciones en torno a ciertos objetivos complementarios que se procura obtener a través de los últimos manejos políticos.

En primer término, reverdecer la creencia en la posibilidad de un cambio importante, dentro del sistema actual, por medios pacíficos, sin violencias. Ellos palpan claramente el malestar popular. Ven con temor cómo se endurece la lucha, cómo se popularizan los medios de acción directa, como crece la influencia y el prestigio de las fuerzas revolucionarias. Constatan el retroceso de las orientaciones reformistas dentro del movimiento obrero y popular. Comprueban que la resistencia a su política, lejos de desaparecer, va adoptando formas cada vez más peligrosas para la conservación de su sistema. Entonces intentan hacer creer que éste, todavía, puede "mejorarse". Que hay abiertos caminos pacíficos para lograrlo. Que es votando y no combatiendo como se realizará el cambio. **Insisten en ello tanto más cuanto más clara es su conciencia de la esterilidad real de la vía que proponen.**

CLASISTA Y COMBATIVO



FAU 55

OCTUBRE 1956 - OCTUBRE 2011

ANIVERSARIO

Ediciones ReCORTes

Montevideo, 19 de mayo de 1969.

ALGUNOS CRITERIOS PARA EL TRABAJO A NIVEL DE MASAS (1)

El proceso de las luchas en nuestro país va dejando en claro un conjunto amplio y complejo de experiencias. Analizarlas para extraer de ellas pautas de acción claras y precisas, resulta fundamental. Emprendemos este análisis encarando algunos problemas que se deducen de la actividad sindical, aspecto de la mayor importancia dentro del conjunto de tareas que hoy tenemos por delante. A pesar de la experiencia ya acumulada, a pesar de lo que evidencia la práctica diaria, hay quienes se empeñan en presentar como excluyentes e incompatibles, métodos que solamente definen diversos niveles de la misma lucha y que pueden y deben ser confluyentes y armónicos. Hay quienes siguen contraponiendo artificialmente acción de masas y lucha armada, movilización gremial y acción directa. Esa concepción estratégica está plagada de "alternativas" que encierran otros tantos subjetivismos animados por un pensamiento interesadamente mecánico y abstracto. "O nos dedicamos a movilizar y organizar masas o agarramos la metralleta". O vamos a las alocuciones o nos ponemos todos "a tirar tiros". Son éstos "argumentos" que todavía se oyen. En general seguidos del corolario que están destinados a sugerir: "las condiciones todavía no están dadas, sigamos haciendo propaganda legal, actos pacíficos, frentes electorales, batallas parlamentarias, paros y huelgas sin violencia". También se dice con el mismo sentido y con las mismas consecuencias prácticas: "organicemos primero el Partido". En nuestro país los distintos niveles de lucha, los diversos métodos, se viene dando en forma simultánea. Acentuar la convergencia de sus efectos, perfeccionar su trabazón, es la tarea central del presente. Tarea en gran parte original y nueva, dadas las peculiaridades específicas de nuestro país (Urbanización elevada, movimiento de masas extenso, agudización paulatina y a ritmos diversos de las contradicciones, existencia de formas de lucha armada, represión creciente, etc.) y fluidez y complejidad que caracteriza este periodo de transición. Lo que la experiencia viene mostrando es que los métodos legales, tradicionales, que aparecían antes como útiles para lograr conquistasen los salarios, no bastan ahora para quebrar la política de congelación. Lo que se constata, a escala internacional, es la inocuidad de

la vía electoral como forma de acceder al poder, lo negativo del engañoso parlamentarismo, la vulnerabilidad de las vastas organizaciones y aparatos públicos, la relativa ineficacia de los medios tradicionales de propaganda disponibles. Reconocer todo eso ¿supone renunciar a la acción con las masas? ¿Supone la necesidad de aislarse de ellas? ¿De abandonar la tarea de organizarlas, de estimularlas en su movilización, de contribuir a esclarecerlas? Por supuesto que no. Y en estos momentos resultan particularmente pertinentes algunas puntualizaciones sobre las modalidades del trabajo sindical en relación con esos problemas. También la actividad sindical puede y debe desarrollarse a diversos niveles. De hecho lo viene haciendo. Hay niveles elevados de lucha que ya han sido alcanzados en las acciones gremiales. Dentro de éstas, en una esquematización necesariamente sumaria, se pueden reconocer estas variantes, que son de hecho meras etapas en el proceso de un conflicto gremial:

- 1) Agitación (actos, volanteadas, pintadas, manifestaciones) destinadas a ambientar y difundir los móviles de una movilización posterior.
- 2) Paro o huelga destinados a lograrla.
- 3) Movilizaciones callejeras más o menos combativas para conmovir a la opinión y galvanizar y cohesionar las propias filas.
- 4) Acción directa como medio de repercusión pública, para castigar la traición y los represores, para radicalizar la propia movilización.

Una de las características de la metodología reformista es su apego exclusivo a las dos primeras formas de acción. Esto unido al culto de la obediencia al "aparato" disfrazada frecuentemente de "disciplina gremial", a las gestiones y tramiteos (para "aislar al enemigo") a la canalización hacia el parlamento (donde se "lucen los representantes del Partido) Constituye el recetario reformista para la actividad sindical. Si no se logran los objetivos perseguidos, se proclama "otra gran victoria", y se trata de deducir "saldos políticos" ("centenares de nuevos afiliados", "millares y millares de nuevos votantes..." en elecciones cercanas o más o menos remotas). Todo esto se conoce perfectamente. Y llegó a ser lo tradicional. Pero en las condiciones actuales este esquema estratégico se demuestra insuficiente. Actuar sindicalmente, con una perspectiva revolucionaria, con

sentido revolucionario, fundidos en las masas, sin deponer el cometido reivindicativo de la acción gremial plantea dificultades, sugiere problemas. Para ubicar aquellos, para dilucidar éstos, comencemos por el principio. Una orientación correcta supone encarar con sentido revolucionario y con métodos acordes, las plataformas reivindicativas. La función esencial de los sindicatos, lo que legitima su existencia como organización de masa es su función de lucha reivindicativa. Hay que evitar el error de intentar convertirlos en especies de partidos políticos con definiciones totales sobre los más diversos problemas. Concepción errónea a la cual se deslizaron militantes anarco-sindicalistas que cumplieron -sin embargo- la difícil tarea de fundar, en base a criterios de intransigencia clasista, las primeras "sociedades de resistencia" en el Río de la Plata. En las condiciones presentes lo esencial es decidir acciones gremiales, combativas y duras, que determinan la conquista de las reivindicaciones más sentidas y arraigadas. Al respecto caben algunas puntualizaciones.

- La función de la militancia es impulsar, fomentar y estimular la lucha y no esperar que ésta surja espontáneamente. Es crear los medios concretos (organizativos, financieros, informativos, etc.) para que el combate encuentre cauces, oportunidad y formas adecuadas.

- Es necesario tener criterios claros respecto de cuáles son los objetivos en torno a los cuales centrar las luchas. Reivindicaciones no faltan, por cierto, en todos los gremios. El problema consiste en elegir cuál o cuáles de ellos es preferible agitar primero para lanzarlas después como motivo de movilización.

El acierto de esta elección es decisivo para el éxito. No hay que "enchufar" consignas. No hay que plantear vaguedades ni cosas confusas ni demasiadas cosas a la vez. Se pueden agitar varias consignas, pero debe haber objetivos (metas a conquistar) bien definidos, claros y alcanzables.

- No se puede movilizar a fondo a un gremio por cuestiones que sólo interesan a una minoría de militantes. En esto no valen "ocurrencias" subjetivistas. Sólo reivindicaciones muy sentidas pueden mover realmente a un gremio. Pero, frecuentemente, es la acción del sector más activo la que pone en claro y define ante el conjunto del gremio esas reivindicaciones, aclarando su contenido.

• Las organizaciones gremiales son, por definición, organismos de masas. No tendría sentido, dentro de una perspectiva correcta, intentar convertirlas en mecanismos para enchalecar y manejar verticalmente a las masas. El aparato sindical debe ser un cauce y no un brete. Las formas organizativas que se adopten deben garantizar el contacto más amplio, rápido y directo entre las bases y los órganos representativos de dirección.

• En el marco de una política gubernamental reaccionaria y represiva, todo conflicto gremial enfrenta actualmente serias dificultades. Estas deben ser analizadas con objetividad y realismo y hay que plantearlas ante el gremio con claridad y sin derrotismo. Si a pesar de las dificultades las masas quieren combatir, hay que seguir con ellas y no frenarlas. Lo hemos afirmado reiteradamente. La peor derrota es la derrota sin lucha.

• Si un gremio, ante las trabas que encuentra la lucha, se quiere retroceder y es imposible infundirle más combatividad, sea por debilidad propia o porque existen realmente dificultades insalvables, no hay que empeñarse en seguir adelante hasta aislarse. Hay que ser capaz de replegarse en orden, con oportunidad, sin desorientarse y hablando siempre claro. No se deben inventar victorias cuando éstas no existen.

• El lanzamiento de una movilización, la pertinencia de un repliegue, se establecen a través de un análisis concreto de condiciones y posibilidades.

¿Qué elementos tomar en cuenta en este análisis?

En primer término la situación del gremio: nivel de organización y conciencia, experiencia de lucha, disponibilidad de cuadros, etc. En segundo término, la situación del conjunto del movimiento popular: posibilidades de solidaridad y de influencia sobre otros sectores, orientaciones predominantes en direcciones y aparatos, etc. En tercer término las peculiaridades del momento: ascenso o reflujo momentáneo de las luchas, situación y medios del enemigo en la coyuntura. Con un análisis de este tipo, en contacto estrecho con las masas se pueden afrontar, con eficacia, las más difíciles circunstancias.

• En un periodo como el actual, la lucha aislada de un gremio está condenada al fracaso. Hay que preocupar darle, a toda lucha, la mayor amplitud. En extensión, fuera del gremio. En profundidad, en apoyo de

masas, dentro de él. Esto supone coordinaciones y formas organizativas adecuadas. Una estructura de base que traduzca con puntualidad y fielmente las opiniones y reacciones del conjunto de los integrantes del gremio. La más amplia libertad de discusión y crítica dentro de los cuadros sindicales, como garantía de que aquellas opiniones se expresen sin trabas.

• Cuando una orientación combativa predomina en la dirección de un gremio, los reformistas, agazapados, esperan los momentos más difíciles de la lucha para apostar sus cartas al retroceso, a la capitulación. Cuando la represión crece, cuando la victoria demora en llegar, surgen los conocidos planteos contra el "aventurerismo" de parte de quienes, en muchas oportunidades, han propuesto aventuras de verdad al principio, en la fase ascendente de la movilización.

En esta perspectiva, evitar el aislamiento (de los militantes más combativos, dentro del gremio; del gremio dentro del conjunto del movimiento popular) se torna uno de los aspectos fundamentales. Pero, para ello, se requiere una coordinación, estable y funcional, amplia y sin sectarismos, de todos los que están verdaderamente dispuestos a luchar. La formulación del tema nos conduce, necesariamente, a la consideración de otros aspectos que no podremos eludir.

Montevideo, 30 de junio de 1969.

LA LARGA MARCHA HACIA EL PODER DEL PUEBLO.

De nuevo vivimos el recrudescimiento de la represión. Desmintiendo los pronósticos de los que hablaban de distensión y el optimismo fácil de los que confían en el aislamiento del gobierno hay, otra vez, medidas de seguridad. Su reimplantación, a tres meses apenas de levantadas las anteriores, demuestra hasta qué grado se han vuelto imprescindibles para el régimen. Hasta qué punto éste ha llegado a ser incapaz de dar soluciones a los reclamos populares. Es que la preservación de las fabulosas ganancias de la oligarquía se ha vuelto incompatible con la aceptación de las más obvias reclamaciones. Cada vez que se plantea la instancia presupuestal o una rendición de cuentas, la respuesta a la ola de protestas y movilizaciones, es la aplicación de medidas de seguridad. La única consecuencia derivable de esto es la acentuación de las tensiones sociales, el endurecimiento de los enfrentamientos, el odio creciente del pueblo hacia los beneficiarios de una situación intolerable. Ni aún regímenes más duros logran eliminar aquellas tensiones. Los problemas que motivan la protesta no desaparecen, sino que se agudizan, con la represión. Las contradicciones propias del régimen no se diluyen, sino que se acentúan con las medidas de fuerza. Estas pueden, eventualmente, obtener éxitos aparentes en el corto plazo. Pueden conseguir diferir problemas, pero aseguran, para el futuro, la destrucción del sistema. El caso de Argentina, donde renace la lucha popular luego de años de feroz dictadura, ilustra contemporáneamente esta verdad evidenciada por la historia. La nueva aplicación de las medidas de seguridad destruye, otra vez, ilusiones caras a liberales y reformistas, que sueñan con el retorno al Uruguay de los años 50. Nuevamente la exposición parlamentaria se revela impotente. La arbitraria clausura de EXTRA, después de muchos dimes y diretes, se convierte en un mero asunto de fueros legislativos, que admite ser transado en el plano de las abstracciones y sutilezas jurídicas, soslayando el fondo real del asunto: la agonía de la libertad de expresión. Es que en el marco del deterioro económico-social, sólo cabe la libertad para los que apoyan al sistema, sólo se admite el libre juego entre las fracciones burguesas. Si acaso, se tolera al reformismo, en sus distintas variantes, por cuanto

cumple también él un papel de "conservación social", de integración en el sistema de las fuerzas eventualmente opeustas, estamos viendo. Cuando la situación llega a ser realmente tensa, nunca aparece el famoso quórum parlamentario para considerar las medidas y todo indica, que en esta coyuntura, se repetirá el mismo cuadro que en la oportunidad anterior. Cada uno hace su juego. Echegoyen y su fracción esperan el desgate político del gobierno, sosteniéndolo en la aplicación de las medidas represivas y procurando contener algunos de sus desbordes, para conservar las formas institucionales en términos que permitan capitalizar electoralmente el prestigio colorado. Ayudar a reprimir y beneficiarse con la impopularidad que esa misma represión apareja, sería su doble juego. Llegar a un gobierno blanco, con los gremios domesticados, sería su meta. Pesan, como condicionantes de fondo, las contradicciones internas en el reparto de las ganancias que la política reaccionaria depara a la oligarquía. Pero siempre a partir de la común defensa de los intereses de la clase y de la aceptación de la necesidad de reprimir. El juego de los liberales (colorados y blancos) es algo diferente. Siguen aferrados al esquema burgués de los "tiempos prósperos". Confían en que las normas político-institucionales de la democracia burguesa, que el ordenamiento jurídico vigente, es la manera más eficaz de hacer funcionar el sistema. Temen los desbordes del poder y han aprendido, con la experiencia de muchas dictaduras latinoamericanas, que éstos pueden ser peligrosos para los políticos. Que una excesiva concentración de la autoridad puede llegar a comprometer, inclusive, el "equitativo" reparto de las utilidades entre los distintos segmentos de la clase burguesa. Algunos están vinculados al sector de la burguesía industrial (los llamados "burgueses nacionales") y alientan utopías desarrollistas. Otros, son simplemente, viejos zorros profesionales de la política, que saben que no es con los palos que se consiguen los votos y que muchas veces los palos traen el fin de las propias elecciones... y su fin. Todos ellos prefieren "dialogar" con el movimiento sindical. Se avienen a hacerle un lugar, a institucionalizarlo dentro del sistema, como se hace en EE.UU y demás países desarrollados, Consideran más útil, para el funcionamiento normal de aquel, contar con gremios "comprensivos", dispuestos a discutir "pacíficamente" los asuntos salariales, dispuestos a admitir "sacrificios razonables" para "salvar al país". Saben que el origen del deterioro está en las estructuras acorazadas, en la dependencia del imperialismo. Pero son posibilistas. Para ellos, para

su pensamiento burgués, el mundo está hecho así y es inmodificable. Creen que no es posible cambiar las estructuras o romper con el imperio. Resignados al marco que esto les crea, recorren toda la gama de expedientes ineficaces, de restos sin futuro, de ilusiones utópicas, de claudicaciones y traiciones, propios de quienes sueñan, en la era del imperialismo, con un "capitalismo nacional". Es el destino inevitable de los que quieren hacer la política de la burguesía nacional, con una "burguesía nacional" casi inexistente. El reformismo en el movimiento sindical, actúa como una especie de ala izquierda de aquel liberalismo burgués. Su función es officiar de puela de transmisión de las posiciones de la burguesía liberal al movimiento popular. Las direcciones reformistas avanzan y retroceden junto con los políticos liberales independientemente del avance y la radicalización de las masas. Cuando aquellos políticos influyen en el gobierno (como sucedió en los primeros meses del periodo de Gestido) pacta con ellos, tratan de evitarles dificultades, recaban de las masas una actitud "comprensiva". Nos apuntalan, abandonando, sin escrúpulos, las aspiraciones populares. Cuando la política burguesa liberal (que se diferencia de la reaccionaria mucho más en sus métodos que en su contenido real y sus fines) fracasa, eso apareja el fracaso del reformismo, que se queda sin salidas. El dilema de la orientación reformista radica en que supedita la acción del movimiento popular a las actitudes de la burguesía liberal, en una situación donde esta no tiene nada concreto que darle al pueblo. El camino correcto debe ser, y de hecho es, el inverso. Es el movimiento sindical y popular agrupando a todos los sectores perjudicados por la política reaccionaria del gobierno, que debe protagonizar a nivel de masas (y de hecho protagoniza) el enfrentamiento a aquella. En este sentido, como lo hemos señalado otras veces, el problema central es el retraso de las condiciones subjetivas (nivel de claridad y conciencia, grado de organización, disponibilidad de medios de lucha en todos los terrenos), respecto de las objetivas (magnitud del deterioro económico-social, entidad de los problemas que afectan al pueblo). Expresión (y causa) de esto, es la perduración de la influencia reformista en el movimiento popular, especialmente en su aparato. Otra característica, condicionada por la anterior, es la modalidad frecuentemente espontaneísta que adopta la lucha. Cuando planteamos la necesidad de un plan de lucha en ofensiva, partimos de una valoración positiva de esta tendencia espontánea, pero, al mismo tiempo, enfocamos

con realismo las limitaciones de esa modalidad de acción. Es necesidad de organizarse para una lucha prolongada, nuestra insistencia sobre las formas concretas de lograrlo, parte de la convicción de que sólo canalizando organizativamente esa espontaneidad, sólo encuadrándola dentro de una concepción estratégica adecuada, se podrá obtener la victoria definitiva. El reformismo, en cambio, ante las reacciones espontáneas de la gente (que traducen, simultáneamente, las carencias de aquella orientación y el comienzo de su desintegración) opta por una política de freno. Frenar ahora es intentar, utópicamente, congelar un proceso de radicalización creciente, que se genera en la evolución de la situación objetiva, económico-social. Avanzar significa estimular y apoyar aquel proceso espontáneo de radicalización, tratando al mismo tiempo de lograr, en lo posible, su superación, traduciéndolo a concepciones estratégico-tácticas y organizativas superiores, adecuadas al nivel, también superior, en que se plantea la lucha. Esto incluye varias cosas, que a veces, hemos planteado:

- 1) Organizar, gremio por gremio, a los elementos más combativos en agrupaciones permanentes, con posiciones definidas y tareas propias.
- 2) Coordinar esas agrupaciones dentro de una tendencia común, que en la acción común procesará su cohesión política y decidirá sus métodos de trabajo, su experiencia de trabajo, su experiencia de lucha y su estructuración orgánica.
- 3) Desarrollar los medios que habiliten la aplicación consecutiva de métodos de acción directa, para respaldar y hacer respetar las medidas gremiales, para promover movilizaciones en la calle y ocupaciones, para castigar a traidores y divisionistas, para contener la continuidad de la acción y elevar la moral de la lucha en los momentos en que el movimiento de masas entra en periodos de reflujo.
- 4) Desarrollar un aparato armado que, creciendo a través de una sucesión prolongada de acciones, convergentes con el movimiento de masas, llegue a estar en condiciones de disputar el poder a la burguesía en una coyuntura favorable.

Las características de nuestra situación nacional nos exige el difícil compromiso de encarar y realizar simultáneamente todas estas tareas que constituyen niveles distintos de una única práctica revolucionaria.

Sin agrupaciones organizadas en los gremios, pero firmemente coordinadas en una sólida tendencia, no tendremos en el movimiento de masas una perspectiva política a escala verdaderamente nacional. Seguiremos prisioneros del localismo sindical, encerrados en las expectativas salariales particulares, que son correctas, pero que no pueden ser lo único, so pena de congelarnos en el nivel de la lucha económica.

ANEXO DE DOCUMENTOS SINDICALES

1

CARTA A LA CNT

Montevideo, 17 de julio de 1968.

Compañero Presidente de la Convención Nacional de Trabajadores, Don José D'Elia

Presente:

Las organizaciones sindicales abajo firmantes se dirigen por su intermedio a los máximos organismos permanentes de la CNT, para expresar opinión sobre la grave situación existente. Y para dejar formalmente planteado un plan de lucha mínimo, de resistencia a las medidas de seguridad y congelación, a aplicar por el conjunto de la clase trabajadora, el estudiantado y el pueblo. Este planteamiento, en el se recoge el espíritu de lucha de vastos sectores del proletariado, reafirma otros anteriores que hemos formulado ante la Mesa Representativa de la CNT, y las mesas zonales de la misma.

“CONTRA LOS TRABAJADORES Y CONTRA EL PAÍS, LOS MILLONARIOS IMPONEN SU DICTADURA LEGAL.

La naturaleza despótica y anti obrera del régimen ya es para todos evidente; la burguesía y el gobierno se han sacado la máscara. Una dictadura más o menos “legal” ya se instaura en el país. El hecho que el parlamento se reúna y que los partidos políticos realicen mítines autorizados, constituye una de las características de esa “dictadura legal”, donde por ahora los que mandan están dispuestos a tolerar cierto decorado. Mientras tanto se lanza la persecución contra los sindicatos y contra todos los que luchan. Militarización en aumento; suspensiones y destituciones en bancos oficiales, ANCAP, UTE y otras reparticiones; encarcelamiento de centenares de ciudadanos; violación de domicilios; apaleamiento, gaseo y

balazos contra estudiantes y obreros; prohibición de mítines y asambleas sindicales; campaña sistemática de confusión utilizando la censura, la venalidad y el miedo de diarios y radios; persecución contra militantes gremiales, actuación de elementos y grupos "amarillos" y proyectos de reglamentar los sindicatos. En este mes y pico de medidas de seguridad, este cercenamiento en escalada contra las libertades individuales, gremiales y públicas, caracteriza los propósitos y métodos del gobierno. De este gobierno que tiene en su seno representantes directos de todos los núcleos fundamentales de la oligarquía uruguaya conectados con compañías y gobiernos extranjeros. De un gobierno que no tiene apoyo popular, ni siquiera respaldo político estable pero que sí lo tiene de la Federación Rural, de la patronal de los bancos, la Bolsa de Comercio, de la Cámara de Industrias y demás sectores de la burguesía y el latifundio. Todo queda aún más claro, cuando en el marco de esta asonada contra los sindicatos y las libertades fundamentales, son congelados y rebajados sueldos y salarios; no se pagan los ajustes a jubilados y pensionistas pero se conceden cada día más ventajas a los estancieros. En medio de esta realidad se estrechan los lazos financieros y políticos del gobierno y la "burguesía nacional" con la oligarquía argentina y la dictadura gorila de Onganía, bajo cuya "protección" se pretende "integrar" a nuestro país. Sin duda, con el visto bueno de los Estados Unidos y dentro de sus planes. Desde el gobierno se atenta pues contra la libertad, los derechos obreros y la independencia de la nación. Mientras tanto los ricos se hacen más ricos y cada vez más familias uruguayas carecen de lo imprescindible en materia de alimentación, vivienda, sanidad y educación. La violencia del régimen se descarga sobre los de abajo. En el primer semestre el costo de la vida aumentó un 64% o sea que en estos seis meses el poder adquisitivo de sueldos, salarios, jubilaciones y pensiones, es un 64 % más bajo de lo bajo que era a principios de año.

¡¡CNT PARA Luchar!!

NO PODEMOS "DIALOGAR"

Si es que faltaban evidencias, compañero presidente de la CNT, ahora rompen los ojos: En esta situación social no existe margen para el "diálogo", o sea para la conciliación y la blandura. En estas circunstancias nadie puede fiar las posibilidades del movimiento sindical a "salvadores" a "comisiones de notables", a "gestiones", o "amnistías". No resulta posible con seriedad, postular; "retiradas tácticas", o sostener que hay que dejar de realizar medidas de lucha para producir una "deseescalada de la represión". En el Uruguay la burguesía nacional y extranjera está aprovechando todos los mecanismos de la "reforma naranja", y los artículos de clara inspiración fascista de la Constitución y el Código Penal, para instaurar una dictadura legal. En nuestro país tal como los hechos lo demuestran, estamos viviendo en un estado militar o policial cada vez más avanzado al servicio de las llamadas "fuerzas vivas" que para ampliar y mantener sus negocios y su "orden", otra vez y como hicieron sus iguales en la época de Artigas, no vacilan en "integrarse" bajo la protección de la oligarquía porteña. El golpe de estado clásico no ha sido dado; pero se está dando el golpe de estado "legal", a través de una escalada contra los sindicatos, contra las libertades, el nivel de vida y la independencia del país. Cuando formamos la CNT, y en diversas ocasiones, el movimiento sindical definió una conducta ante situaciones como la que estamos viviendo. Esa decisión adoptada es la de resistir bajo todas las formas, incluso con la huelga general por tiempo indeterminado y la ocupación de los lugares de trabajo, bajo cualquier intento de golpe contra el pueblo. Y es algo más que un intento de golpe de estado lo que estamos soportando. Nos encontramos bajo el comienzo de un plan de represión y entrega similar al que han soportado otros países hermanos, especialmente la Argentina. Debemos tomar ejemplo y no repetir "errores", como los allí cometidos por ciertas direcciones sindicales, que dejaron vía libre a los "gorilas". Los sindicatos y la CNT tenemos ahora más que nunca una enorme responsabilidad. Y el único camino que se puede adoptar es el que en las fábricas, en los barrios obreros y en la calle, reclaman bastos contingentes de trabajadores organizados; el camino de la lucha a fondo, sin conciliaciones, desarrollada con firmeza y responsabilidad. Somos plenamente concientes de que la situación no es sencilla, y que la lucha puede ser dura y ha de ser larga. Por ello debemos librarla desde ahora. Por elemental solidaridad y a la vez por conveniencia de todos, no podemos permitirnos dilaciones que hagan ir quedando solos a los gremios en combate; librados a su sola fuerza para

enfrentar un aparato represivo que está actuando de manera de aplastar uno por uno los focos de resistencia. La lucha debe ser general y unida. Cualquier vacilación frente a la situación actual, compañero presidente de la CNT, puede resultar fatal para los trabajadores y para el país. Y por lo tanto beneficioso para los gorilas uruguayos que desde el gobierno ya están dando un golpe "legal" contra nuestro salario y nuestra libertad.

¡¡A enfrentarlos, ahora, antes de que sea tarde!!

EL PUEBLO URUGUAYO DEMOSTRÓ QUE NO SE ENTREGA.

¡TODOS LOS TRABAJADORES, UNIRSE EN LA LUCHA!

El trabajo permanente en contacto o gestiones oficiales u oficiosas en ocasiones puede impedir abarcar la realidad en su conjunto. No parece imprescindible que los organismos permanentes de la CNT, y en particular en aquel que se ha decidido comande a la Convención en estas circunstancias, aprecien debidamente la real correlación de las fuerzas. O sea, que sin subestimar al enemigo, tampoco se tenga en menos la verdadera magnitud de las posibilidades de nuestra clase obrera y de nuestro pueblo. Sabemos que la oligarquía, que es quien realmente gobierna, dispone de importantes medios represivos, financieros y propagandísticos, orquestada su acción dentro de un plan continental. Pero valoramos también, y exhortamos a que así lo hagan todos los compañeros dirigentes de la CNT, la verdadera realidad de combate en América Latina a la que nunca ha estado ajeno nuestro pueblo demostrando reiteradamente su disposición a la lucha.

En esta ocasión eso se ha demostrado en difíciles instancias. Hay que tener en cuenta la capacidad de pelea demostrada por la clase obrera y el pueblo uruguayo, para elaborar de inmediato un plan de lucha, que no la frene, sino que la impulse y canalice. Mientras la radios y todos los diarios se aplicaron la autocensura y el aparato de confusión y de intimidación de la oligarquía funcionó intensamente a todos los niveles; a pesar de todo eso y la represión, las amenazas a confusión, el conjunto de la clase trabajadora

respondió de manera magnífica ante las medidas acordadas, y el clamor de medidas más radicales, dentro de un plan de lucha que comprenda a todos los gremios, se siente en todas las barriadas obreras. A pesar de las vejaciones, amenazas y persecuciones, los gremios militarizados han desafiado la represión y cumplido con firmeza los paros generales decididos por la CNT, llevando además a la práctica medidas gremiales en los lugares de trabajo, paros y acciones callejeras. Tal lo ocurrido, por ejemplo, en los bancos oficiales, donde los personales de múltiples maneras han expresado su disposición de resistencia y su reclamo de medidas gremiales y más profundas y generales. En las refinerías de ANCAP, en las centrales de UTE, en las textiles y centros de estudios ocupados: en los paros, salidas a las calles y enfrentamientos a la represión desarrollados por los trabajadores de la salud, los estudiantes y los obreros de Maroñas, Villa Española, La Teja, Belvedere y Nuevo París, se ha expresado la capacidad de pelea del pueblo uruguayo, manifestada igualmente en otras zonas y gremios de Montevideo y el interior. Se trata entonces, de evitar que esta lucha se fraccione y se debilite. Por el contrario, hay que unificarla en acciones de cada vez mayor magnitud. Que a través de la lucha unificada y real desgasten a quienes lanzan la represión contra el pueblo y lo fortalezca a este. Esto podrá lograrse mediante un plan de lucha conjunto. A través del que se exprese el alto nivel de combatividad y conciencia logrado por vastos sectores del proletariado

-UNIÓN OBRERA DEL BAO

-FEDERACIÓN DE ASOCIACIONES VIALES DEL URUGUAY

-SINDICATO ÚNICO DE ENRIQUE GHIRINGHELLI

-FEDERACIÓN URUGUAYA DE LA SALUD

-SINDICATO AUTÓNOMO DE TEM

-UNION DE OBREROS, EMPLEADOS Y SUPERVISORES DE FUNSA

2

DOCUMENTO DE LAS TRES "F"

FUS - FOEB - FUNSA

INTRODUCCIÓN

El movimiento sindical uruguayo analizó, discutió y determinó, criterios de lucha contra un golpe de estado desde mucho tiempo atrás. En junio de 1968 la Mesa Representativa de la CNT resuelve por unanimidad "la ocupación de todos los lugares de trabajo y huelga general en caso de golpe de Estado o situación equivalente". El primer Congreso, luego el segundo Congreso y las asambleas de todos los sindicatos y el encuentro de todos los Comités de Base - de mayo de 1972 -, reafirmaron esta resolución. La misma se constituyó en un punto de clara coincidencia unánime. En todo ese período, diferentes sindicatos y dirigentes de todos los niveles señalaron: la necesidad de un plan de lucha que intensificaran y unificarán las distintas posiciones sindicales de enfrentamiento a la ofensiva oligárquica expresada en el pachequismo. Solo la lucha intransigente de las organizaciones sindicales estaba en condiciones de elevar los niveles de conciencia y organización de los gremios como forma de habilitar el cumplimiento de las resoluciones de la CNT. La necesidad de adecuar la estructura, formas de funcionamiento, prácticas de dirección de los sindicatos a las nuevas situaciones impuestas por el pachecato (desarrollar sólidos comités de bases por sección o lugar de trabajo) establecer y desarrollar niveles intermedios de dirección, estrechar los vínculos de la dirección con las bases, promover militantes en todos los niveles, profundizar la unidad sindical respetando la expresión, a todo nivel de las diferentes orientaciones y tendencias. La necesidad de enfrentar denodadamente al régimen para quebrar la política económica y social de Pachecho, impedir su consolidación, su control absolutista y represivo del aparato del Estado.

En los hechos se desaprovecharon las coyunturas en que el proceso de acumulación de fuerzas y las contradicciones en el campo de la oligarquía hacían posible quebrar la política económica de Pacheco, se siguió una práctica de lucha dispersa -sin planificación- de respuesta a los golpes de la oligarquía, se debilitó el movimiento popular y se habilitó el fortalecimiento de la oligarquía al no alcanzar la clase obrera objetivos políticos -por y posibles - en diversas coyunturas del pacheato: agosto de 1968 y junio de 1969. La necesidad de que la dirección de la CNT estudiará y planificará, en todo el movimiento sindical, las medidas que correspondieran para asegurar la puesta en práctica eficaz

EL GOLPE DEL 27 DE JUNIO

Todos los técnicos coinciden en que a partir de 1955/57 se concreta una crisis económico-estructural que se va agravando progresivamente. Los dos grandes partidos tradicionales que compartían el poder, con bases de sustentación electoral policlasistas y amplio espectro de tendencias en su seno -que iban desde formulaciones de tipo populista hasta expresiones de extrema derecha- sin perjuicio de contemplar los intereses de la oligarquía.

El avance de la crisis económico-estructural, la disminución de la riqueza a distribuir, generó tensiones sociales crecientes. Desde 1960 se intenta aplicar las recetas del FMI (congelación de salarios), como forma de mantener la cuota de latifundio, los grandes industriales, banqueros y exportadores a costa del sacrificio de los trabajadores asalariados y pequeños productores de la ciudad y el campo. Los trabajadores perdieron parte de su salario. En el marco de las luchas comprendidas como respuestas de las organizaciones sindicales a la crisis, se producen cinco hechos de importancia fundamental en el proceso de la lucha de clases:

- a) La extensión, con una amplitud sin precedente en la vida del país, de la sindicalización. El sindicalismo dejó de ser un fenómeno exclusivamente obrero, para ser un fenómeno de todos los asalariados.
- b) La elevación del nivel político de las movilizaciones sindicales, expresado en los planteos de tipo programático.

c) El endurecimiento y la radicalización progresiva de los métodos de lucha.

d) La creación de la CNT como expresión multitudinaria de la unidad sindical y el avance programático del pueblo trabajador.

e) Los trabajadores perdimos parte de nuestros salarios.

En 1964/66 se concretó la unidad sindical: Declaración de principios, programa y estatutos aceptados por el conjunto de los sindicatos al forjar la CNT. (Se dispuso de la herramienta adecuada para desarrollar unitariamente la lucha). Al nuevo nivel alcanzado por la resistencia de los trabajadores, contestó la oligarquía con la "Reforma Naranja" y la dictadura constitucional de Pacheco. El pacheato constituye el proceso por el cual la oligarquía asalta el Poder Ejecutivo y concentra en sus manos todos los instrumentos que definen la política económica de país. Es así, con el aval parlamentario expresado finalmente a través del pacto "chico", la oligarquía desde el Poder Ejecutivo unifica a las FF.AA. para servir a su política represiva. Contra este proceso luchan los sindicatos y el pueblo desde 1966 al presente. En un equilibrio inestable entre las posibilidades de la oligarquía y el potencial de lucha del movimiento sindical y popular, se esconden los hechos y los enfrentamientos, y la oligarquía va dirimiendo sus contradicciones. Las "crisis" políticas son representativas de la expresión de tales contradicciones, de la imposición del poder real de la oligarquía sobre el poder formal de los partidos expresados en el Parlamento. Por otra parte, las FF.AA. incorporadas progresivamente al sostén de dicha política, salidas de los cuarteles en 1972 (lucha contra la "sedición"), comienzan a recorrer un camino con ciertas características autónomas, enmarcadas en el aparato del Estado del cual son parte. Febrero de 1973 constituye una señal del proceso que recorren las FF.AA. Los comunicados 4 y 7 podrán ser, en mayor o menor grado expresión de aspiraciones reales existente en el seno de las FF.AA. en su momento, o meros instrumentos de propaganda demagógica.

Lo indiscutible, a la luz de los acontecimientos, es que se constituyó en un error la pasividad expectante con que el movimiento popular encaró su accionar de febrero en adelante. Fue pues un error la movilización sin decisión de alcanzar objetivos propios inmediatos que eran de tal importancia para los trabajadores y —en algunos casos— coincidían con puntos de los comunicados 4 y 7, fuese cual fuese la interpretación que a estos se le dieran.

Las mejoras salariales fueron aplazadas hasta julio a pesar del proceso inflacionario desatado, las enormes manifestaciones del 19 de marzo y el primero de junio, indicativas del estado de ánimo combativo de las masas, la acción solidaria por el respeto de los derechos sindicales, y la defensa de las fuentes de trabajo, no se desarrolló de manera coordinada con la amplitud requerida (conflicto de Juan Lacaze, bancos intervenidos, Frigonal, integración de los directorios de los Entes Autónomos).

No se desarrolló la campaña por la nacionalización de la banca, el comercio exterior y la industria frigorífica, a pesar de los elementos que proporcionaban la especulación con la lana, la presión de los directivos del Banco Mercantil, la presencia de Gari en Lanasar. No se desplegó el máximo de solidaridad para responder a los ataques contra los sindicatos registrados de HISISSA; etc. Como culminación de esta ciudad expectante se llega, incluso a plantear, la celebración del 1° de mayo como una fiesta, en actitud completamente inadecuada en relación a la dureza con que se desenvolvía la lucha de clases. Finalmente con el golpe del 27 de junio, las Fuerzas Armadas se han ubicado en forma inequívoca como el brazo armado de los intereses de la oligarquía y el imperialismo.

LA HUELGA Y SU DESARROLLO.

En la madrugada misma del golpe, cumpliendo la resolución de los Congresos, sin detenerse a esperar una orden central, ni ante vacilaciones que pudieran producirse a algún nivel, importantes centros de trabajo (especialmente fábricas) fueron ocupados.

Al medio día la ocupación era prácticamente total, alcanzando lugares con escasos antecedentes de movilización sindical.

Del 27 de junio al 4 de julio la huelga fue casi total. Destacamos de ese periodo:

a) La generación de energía eléctrica se mantenía bajo control obrero y el abastecimiento de combustible dependía por entero de las resoluciones gremiales.

b) Los días 30 de junio, 1, 2, 3 de julio se desarrolló una ofensiva de operativos de desalojo. En la mayoría de los casos se reocupó (en algunos casos hasta 7 veces), Excepto Lanasar que quedó unilateralmente ocupada por las FF.AA. y que no pudo ser ocupada por los trabajadores. En Alpargatas, Bao, etc., el trato represivo alcanzó una violencia extrema sin lograr el ablande de los trabajadores y militantes que reocuparon sus fábricas.

c) El jueves 28 y el viernes 29 de junio, el ejército retira combustible de ANCAP. El sábado 30 la ocupa militarmente, copando el combustible almacenado.

d) Se registran dificultades graves en el Coordinador de los gremios de la Prensa.

e) El sábado 30 comienzan a observarse dificultades en el transporte.

En los días 4 al 8 de julio se desmorona la huelga en el transporte y se levanta en municipales, estibadores, SUANP, y ferroviarios, así mismo en COFE en el cual nunca orgánicamente se decretó la huelga. También se producen levantamientos en los sectores que por sí mismos la habían decretado. Desconocemos por responsabilidad de quien, o en acuerdo con quien, se produjeron estos levantamientos. Los entierros de los estudiantes caídos y la gran concentración popular del lunes 9 de julio, mostraron un alto nivel de presencia y combatividad. Finalmente el miércoles 11, la Mesa Representativa levanta la huelga sin condiciones. Quedan, como consecuencia: los despedidos, los requeridos, los sumariados, los perseguidos.

El nivel de lucha de los lugares ocupados en ese momento señalaba elocuentemente, la firmeza y el papel de vanguardia de la clase obrera en la batalla librada. Batalla librada con el calor del pueblo, con el apoyo del barrio.

ENSEÑANZAS DE LA HUELGA

Esta huelga general es la acción política más importante desarrollada en el Uruguay por el conjunto del proletariado, de los sectores asalariados, del estudiantado y vastos sectores sociales.

Constituyen grandes aportes políticos de esta huelga:

- A. La participación de grandes masas actuando de conjunto como forma de protesta política contra la dictadura, hecha en forma de huelga y ocupación de lugares de trabajo.
- B. El papel protagónico de la clase obrera, que dio un salto cualitativo en la conducción política del movimiento popular.
- C. La toma de conciencia de su fuerza, por parte de movimiento popular y la necesidad de crear las condiciones políticas, organizativas y técnicas para la lucha por el poder popular, sin el cual ningún programa del pueblo se hará realidad.
- D. La generalización del conjunto del movimiento sindical, de las manifestaciones callejeras, practicadas en condiciones sumamente difíciles.
- E. La constatación de la importancia que tienen los planes de lucha (criterios y objetivos, planificación, organización y previsión), para el desarrollo de la lucha. Su ausencia impide desplegar todo el potencial de lucha disponible.
- F. La constatación de la importancia de los Comités de Base, del desarrollo de la militancia por sección, empresa y niveles intermedios, como sostén y ejercicio de la dirección en cualquier circunstancia.
- G. La constatación de las necesidades de una estructura regional y zonal construida a partir de los lugares de trabajo, cimentando a partir de estos una sólida dirección intermedia (regional y zonal del conjunto del movimiento sindical en Montevideo).

H. Es en la práctica de un sindicalismo conciliador, en el ablandamiento sistemático de los métodos, en la condena constante, por parte de sectores del movimiento sindical, de toda expresión de radicalización en los métodos de lucha, todo ello unido a la falta de planes de lucha apropiados, en la carencia de una estructura sindical adecuada, asimismo como en la carencia de suficientes cuadros intermedios arraigados en la base, en la práctica de un sindicalismo reivindicativo, desvinculados de los aspectos programáticos es donde debe buscarse la explicación de las graves carencias que varios gremios evidenciaron, a tal grado que la huelga no pudo mantenerse e incluso, en algún caso, decretarse en forma efectiva.

NINGÚN GREMIO FUE DERROTADO, FUE DERROTADO UN ESTILO, UN MÉTODO, UNA CONCEPCIÓN DEL TRABAJO SINDICAL.

En resumen: la fuerza de la HUELGA GENERAL contra la dictadura (experiencia históricamente inédita) golpeó a esta en cierto grado. No logró voltearla, pero consiguió agrupar contra la dictadura un anchísimo frente de fuerzas desigualmente estructuradas. La lucha puso a prueba todas las orientaciones, todos los sistemas organizativos y de trabajo sindical, todos los criterios tácticos. Corregir las carencias a la luz de la experiencia, de manera que la siguiente ola del movimiento popular ahogue a la dictadura, es una tarea necesaria que exige amplitud de criterio y seriedad de análisis.

LA SITUACIÓN ACTUAL

Al analizar las causas del golpe, señalamos que la oligarquía concreta su ofensiva para consolidar su poder. No es la culminación, es un jalón más en el proceso iniciado en 1968. Las razones geopolíticas (interés del capital monopolista extranjero y del imperialismo en la cuenca del Plata) son factores que inciden sobre una crisis económica, estructural y política, cada vez más grave. En el campo político el régimen se encuentra prácticamente aislado, las FF.AA. son su principal sostén efectivo. Conciente de tal realidad, la dictadura busca construir su base de apoyo social. Dispone del monopolio de la información para practicar la demagogia.

La política económica de la oligarquía, solo le sirve a ella, al extranjero, al imperialismo. Agravará las causas estructurales de la crisis, la enajenación de nuestras riquezas, el estancamiento productivo. Tiene un signo antipatria, anti nacional, exponiendo cada vez más nuestra vigencia como nación oriental independiente. No obstante dicha debilidad (relativo aislamiento social y político) la dictadura dispone del monopolio de la información para practicar la demagogia, dispone de todo el poder, incluida las FF.AA. del Estado, es apoyada por el imperialismo y en el terreno económico no cabe prever, en el mediano plazo, ninguna catástrofe ni derrumbe que la afecte, sino un estancamiento similar a el que el país venía soportando. Podemos concluir, pues, que la derrota de la dictadura (bajo su forma actual o las que puede adoptar en el futuro) depende, básicamente de la resistencia y de la lucha que desarrolla el movimiento popular. Los sindicatos y el pueblo tienen por delante una lucha prolongada, no de corto plazo.

La CLASE OBRERA, columna vertebral de la resistencia popular durante la huelga de 15 días, debe seguir cumpliendo su papel cardinal. De la gravitación de la clase obrera y sus sectores más combativos en el proceso de resistencia iniciado, depende el signo social de la salida política a esta situación. Del peso de la clase obrera y de sus sectores más combativos depende que de esta etapa de resistencia avancemos hacia el poder popular.

Sólo el papel protagónico del pueblo impedirá que esta lucha culmine con una salida entre bambalinas y que signifique una nueva frustración para el pueblo y, especialmente, para la clase obrera.

PERSPECTIVAS

De lo anterior, conduce sostener que con la dictadura NI TREGUA, NI LEGITIMACIÓN. Pero debemos constatar que finalizada la huelga, en el marco del decreto del 4/7/73, las patronales han encontrado una oportunidad de golpear a las organizaciones sindicales. Un aspecto del proceso de recuperación de estas, consiste en comprender que las acciones generales del movimiento sindical solo serán posibles en la medida en que se proceda a generalizaciones posibles desarrolladas por sindicatos filiales o por regionales o zonales. Entendemos que estas acciones deberán ser vinculadas a la siguiente plataforma inmediata que los nuclea y oriente en la lucha:

1. Libertad para todos los compañeros presos, cese inmediato de las torturas. Vigencia plena del derecho de información y de reunión. Derogación de la Reglamentación Sindical y toda legislación represiva, cese de las persecuciones y por la legalización de la CNT.
2. Reintegro de todos los despedidos, sumariados y destituidos por motivos gremiales.
3. Ajuste salarial de acuerdo con los índices establecidos por la CNT para julio (73), actualizados a los índices de contención de la carestía y subsidios para los productos fundamentales de la canasta familiar. Medidas contra la desocupación y creación de nuevas fuentes de trabajo.

Es tarea entonces, en el corto plazo, unir a la militancia en la comprensión y asimilación de las enseñanzas de la huelga general, sobre una apreciación común -mínima- de la perspectiva, sobre el carácter de la lucha presente y futura.

Ello resulta fundamental incluso, para pelear despidos y presos. En consecuencia queremos destacar:

1. La dictadura busca ampliar su base social; hay que impedirlo. Los sindicatos deben, procediendo con la mayor amplitud, coordinar sus esfuerzos con los distintos sectores sociales que se definen contra la dictadura. La constatación del carácter reaccionario en lo económico y político del equipo de Bordaberry, exige fustigar duramente a quienes se comprometen con la dictadura. En el marco de esta caracterización es que la clase trabajadora debe promover la creación de un FRENTE DE RESISTENCIA POPULAR que nuclea a todas las fuerzas que se opongan a la dictadura y que estén de acuerdo en llevar adelante los cambios programáticos que el Movimiento Popular ya tiene aprobados: nacionalización del comercio exterior, banca, tierra, frigoríficos, etc. Aquí debemos tener presente los intereses que nos une y los distintos grados de alianza que pueden determinar y que nos conduzcan hacia el objetivo de la clase obrera y el pueblo.

2. Disuelto el parlamento, el ataque oligárquico se dirige contra los sindicatos, la universidad y la enseñanza, las asociaciones estudiantiles, los partidos y movimientos políticos de oposición, no necesariamente para destruirlos sino para condicionarlos y limitarlos. El decreto denominado "Seguridad de Trabajo" tiene tal finalidad. Los sindicatos no admitirán que los reglamente la dictadura y las patronales. La táctica de enfrentamiento se deberá procesar apreciando la fuerza disponible. No le tememos a elecciones con voto secreto, pues siempre lo hemos hecho y estamos dispuestos a ellas. Pero no admitiremos que nos enchalequen. Jamás renunciaremos a los métodos de lucha que el movimiento obrero ha acuñado en cien años de experiencia y en la huelga general.

3. Adecuar los métodos de lucha y las pautas organizativas de los sindicatos a la realidad de los niveles represivos establecidos por el sistema. Asumir las responsabilidades que se derivan de la intensidad alcanzada por la lucha de clases en todos sus niveles.

No caer en la dispersión táctica, unir y combinar las formas de la lucha sindical de acuerdo a las circunstancias.

4. La movilización callejera debe formar parte de las acciones a emprender asegurando su preparación adecuada.

5. En la medida en que el régimen detenta el monopolio de la propaganda, es preciso desarrollar (darle el valor que tiene) el frente de agitación y propaganda A TODOS LOS NIVELES DEL MOVIMIENTO POPULAR.

A TODOS LOS NIVELES DEL MOVIMIENTO POPULAR HAY QUE LUCHAR PARA LOGRAR LA MENTALIDAD DE LA RESISTENCIA. HEMOS HECHO UNA EXPERIENCIA. HEMOS LIBRADO UNA BATALLA. SERÁN OTRAS BATALLAS. SOMOS INVENCIBLES. SOMOS UN PUEBLO QUE NO SE DEJA ARREAR.

ASPECTOS ORGANIZATIVOS

a) Es fundamental que todos los sindicatos revisen su estructura organizativa, sus métodos de trabajo y funcionamiento, aprovechando las recientes enseñanzas.

b) Es necesario que funcione un plenario nacional de sindicatos en forma permanente, que organice su trabajo según una Mesa Representativa (con un Secretariado y una adecuada estructura regional).

c) Luego de discutido el presente documento, es preciso su discusión en sección plenaria a los efectos de elegir la Mesa Representativa de acuerdo al la realidad del movimiento sindical.

El Secretariado debe asegurar la gravitación decisiva de los sindicatos obrero que sostuvieron el peso central de la huelga. Asimismo debe asegurarse en su integración la presencia de todas las corrientes clasistas que actúan en el movimiento obrero.